



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
GEOGRAFIA LICENCIATURA

**ÍNDIOS RESISTENTES: UMA ANÁLISE SOBRE A ORIGEM, O TERRITÓRIO E A
TERRITORIALIDADE DO POVO KALANKÓ**

MARIA APARECIDA GONZAGA RIBEIRO

DELMIRO GOUVEIA/AL
2019

MARIA APARECIDA GONZAGA RIBEIRO

**ÍNDIOS RESISTENTES: UMA ANÁLISE SOBRE A ORIGEM, O TERRITÓRIO E A
TERRITORIALIDADE DO POVO KALANKÓ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso Geografia Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientador (a): Prof. Dr. Lucas Gama Lima

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza – CRB-4/2209

R484i Ribeiro, Maria Aparecida Gonzaga

Índios resistentes: uma análise sobre a origem, o território e a territorialidade do povo Kalankó / Maria Aparecida Gonzaga Ribeiro. - 2019.

61 f. : il.

Orientação: Prof. Dr. Lucas Gama Lima.
Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Geografia. Delmiro Gouveia, 2019.

1. Geografia humana. 2. Territorialidade. 3. Povo Kalankó. 4. Índios – Brasil. 5. Sertão alagoano. I. Título

CDU: 911.3



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA

FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTOR(A): Maria Aparecida Gonzaga Ribeiro

“Índios resistentes: uma análise sobre a origem, o território e a territorialidade do povo Kalankó” - Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas – UFAL - Campus do Sertão.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Geografia - Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 28 de agosto de 2019

Banca Examinadora:

Lucas Gama Lima

(Prof. Dr. Lucas Gama Lima – UFAL /Campus do Sertão)

(Orientador(a))

José Alegn Roberto Leite Fachine

(Prof. Dr. José Alegn Roberto Leite Fachine – UFAL/Campus do Sertão)

(1º Examinador(a))

Wanubya Maria Menezes da Silva

(Profa. Ma. Wanubya Maria Menezes da Silva)

(2ª Examinador(a))

Dedico esse trabalho a Luciano Rodrigues Santos, meu esposo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder força para entrar na universidade e enfrentar todos os obstáculos que surgiram ao longo do curso.

Segundo agradeço a meu esposo Luciano que além do incentivo sempre me disse que eu era capaz de chegar onde estou.

Destaco também o professor Dr. Lucas Gama Lima, não apenas por ter aceitado ser meu orientador, mas pela belíssima troca de conhecimento que obtive durante todo o curso. Agradeço pela paciência que teve sobre as correções durante o desenvolvimento do trabalho, e também pelos questionamentos que me possibilitaram o crescimento do meu conhecimento sobre a temática desenvolvida nesse trabalho.

Não se esquecendo dos meus pais, José Batista Ribeiro e Dilma Gonzaga Ribeiro, que mesmo não demonstrando com palavras sempre senti que se orgulhavam da única filha entre os três irmãos estar cursando uma universidade.

Agradeço as minhas colegas de sala Vilma Dias, Maria Suely da Silva Brandão e Yasmim Silva Ribeiro, que ao longo dessa caminhada se tornaram amigas inesquecíveis.

Aos professores que me instruíram e contribuíram na construção do meu conhecimento. Em destaque, ao prof. Dr. Roberval, José Alegnberto Leite Fachine, ao prof. Leônidas de Santana Marques, ao Prof. Paul Clívilan, ao prof. Ricardo e a professora Flavia Jorge.

Não se esquecendo de todos os meus colegas que fizeram parte do curso. Em destaque, Janaina Firmino que foi muito importante na fase final dessa pesquisa, Laiz lima, Maria Vilma, Liciane Peixoto, a todas estas que se fizeram presentes durante o curso com troca de experiências e conselhos.

Agradeço também a Escola Municipal de Educação Básica Eliseu Norberto, por ter feito parte da construção do meu conhecimento, o acolhimento e troca de conhecimento com os professores foram fundamentais para o meu crescimento enquanto discente. Merecendo destaque o professor Luiz Antônio pela sua dedicação com o ensino.

Enfim, Agradeço a todos pelas contribuições que me deram durante o caminho percorrido no curso.

RESUMO

O índios resistentes: uma análise sobre a origem, o território e territorialidade do povo kalankó. A pesquisa tem como objetivo analisar o processo de desterritorialização dos indígenas Kalankó até sua até a sua reterritorialização nos municípios de Água Branca e Mata Grande/AL. Através de pressupostos teóricos e conceituais, foi possível analisar o processo de expropriação e escravização dos indígenas desde a invasão dos portugueses até a consolidação da colonização no Brasil. Esse processo de perseguição e massacre dos povos tradicionais foi responsável pela dispersão e extermínio de muitos indígenas. Os povos indígenas que vivem no sertão de Alagoas passaram por um processo de desterritorialização ocorrido com o final do aldeamento de Brejo dos Padres/PE. Em face da desterritorialização, os Kalankó se deslocaram para o sertão de Alagoas, onde ficaram por muito tempo vivendo no anonimato. Na última década do século XX, os Kalankó assumiram publicamente sua condição étnica. Portanto, a reterritorialização dos indígenas Kalankó nos municípios de Água Branca e Mata Grande/AL, dá início a uma luta pela demarcação e reconhecimento do seu território, pois, os mesmos ainda vivem em terras não demarcadas. O presente estudo vale-se da categoria território e é um esforço de análise crítica do processo acima mencionado.

Palavras-chave: Índios. Origem. Território.

ABSTRACT

The resistant Indians: an analysis of the origin, territory and territoriality of the Kalankó people. The research aims to analyze the process of deterritorialization of indigenous Kalankó until its until their reterritorialization in the municipalities of Água Branca and Mata Grande / AL. Through theoretical and conceptual assumptions, it was possible to analyze the process of expropriation and enslavement of the indigenous from the invasion of the Portuguese until the consolidation of colonization in Brazil. This process of persecution and massacre of traditional peoples was responsible for the dispersal and extermination of many indigenous people. The indigenous peoples living in the Alagoas backlands underwent a process of deterritorialization that occurred with the end of the settlement of Brejo dos Padres / PE. In the face of deterritorialization, the Kalankó moved to the interior of Alagoas, where they lived for a long time in anonymity. In the last decade of the twentieth century, the Kalankó publicly assumed their ethnic condition. Therefore, the reterritorialization of the Kalankó Indians in the municipalities of Água Branca and Mata Grande / AL, begins a struggle for the demarcation and recognition of their territory, as they still live in non-demarcated lands. The present study uses the territory category and is an effort to critically analyze the aforementioned process. **Keywords:** Indians. Source. Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Mapa dos municípios onde estão localizadas as aldeias Kalankó..	43
Figura 02: Cacique do povo Kalankó.	44
Figura 03: Indígenas dançando o Toré na Aldeia Januária, município de Água Branca-AL, 2019.....	49
Figura 04: Polo Base de Saúde Indígena.....	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Indígenas entrevistados que sofreram preconceito, violência verbal e/ou física.....	47
Gráfico 02: Indígenas entrevistados que foram vítimas de ameaça em razão da luta pelo território.....	48
Gráfico 03: Indígenas entrevistados que apoiam a existência de uma escola indígena na aldeia.....	50
Gráfico 04: Principal fonte de renda dos indígenas entrevistados.....	54

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. A QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL: RESISTÊNCIA À OPRESSÃO PLURISSEULAR.....	14
2.1 O deslocamento espacial dos Kalankó de Brejo dos Padres para o Sertão de Alagoas.	23
3. TECENDO FIOS ACERCA DA DISCUSSÃO SOBRE O TERRITÓRIO E A TERRITORIALIDADE INDÍGENA.	30
3.1 Analisando a categoria território.....	30
4. OS KALANKÓ E OS DESAFIOS DA LUTA PELO TERRITÓRIO.....	39
4.1 Os desafios para a conquista do território kalankó.	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	56
REFERÊNCIAS.....	58
ANEXO.....	61

1. INTRODUÇÃO

O processo de formação territorial do Brasil teve início no século XVI. Antes da chegada dos portugueses as terras já eram ocupadas pelos povos originários. Portanto, a invasão dessas terras foi baseada nas expansões marítimas de Portugal, que ao encontrar nações indígenas no território iniciaram uma perseguição a esses povos, que resultou na apropriação de suas terras e no extermínio de muitas etnias.

Após esse período de invasão onde se consolidou a colonização portuguesa, muitos indígenas foram expropriados de seu território e um grande massacre extinguiu muitas etnias. Portanto, com o passar dos tempos mais precisamente no século XX, houve uma retomada das lutas indígenas pela conquista do território especificamente no sertão alagoano onde viveram, por muito tempo no anonimato.

A pesquisa é qualitativa e quantitativa tendo como objetivo analisar o processo de desterritorialização dos indígenas Kalankó, desde o fim do aldeamento de Brejo dos Padres, em Pernambuco, até sua até a sua reterritorialização nos municípios de Água Branca e Mata Grande/AL.

Ao apresentarmos o estudo sobre as comunidades indígenas, abordaremos o valor que a terra possui para eles onde a sua tradição cultural está ligada diretamente com a terra. Portanto, não dá pra falar da realidade indígena sem falar do problema da terra e essa questão precisa ser colocada como central, pois, ainda continua esmagando e comprimindo o indígena.

Neste sentido, para fazer uma análise sobre o território indígena, partimos do pressuposto das diferenças históricas que esse território possui em relação aos demais. Com isso poderemos discernir e entender a diferença existente nos territórios, como também identificarmos os elementos que controlam e caracterizam o mesmo. Sendo importante analisar os diversos conceitos acerca do significado do que é o território e como se destingue uns dos outros.

O diálogo que perdura por toda a pesquisa está ancorado na categoria território, ressaltando a relação da terra como meio de subsistência e reprodução dos indígenas.

A pesquisa está baseada numa revisão bibliográfica, por meio da qual são consultados autores da Geografia e de outros ramos das Ciências Humanas, em pesquisa de campo, realizada em duas aldeias do povo Kalankó (Januária e Lajeiro do Couro), e em consultas a fontes secundárias.

O texto está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo é realizada uma discussão sobre a questão indígena no Brasil: resistência a opressão plurissecular, utilizando a análise crítica para entender os processos sociais ao longo da história. Para isso, são suscitados autores como Brandão (1909), Gallois (2004), Almeida e Silva (2009), Vieira (2010), Silva (2010), Moraes (2011), e Silva (2018).

No segundo capítulo, é produzida uma discussão sobre o território e a territorialidade indígena tomando como fundamento os escritos de Martins (1980); Riceto (2008); Almeida e Silva (2009); Silva (2010); Junior (2011); Poletti (2012); Brasil (2017); Fuini (2017); Lira (2018); e Silva (2018).

No terceiro e último capítulo, são apontados os desafios para a conquista do território Kalankó, situados nos municípios de Água Branca e Mata Grande /AL. Dentre os desafios apontados pelos indígenas estão: a ausência/demora de/na demarcação territorial, ausência de educação escolar indígena e violências sofridas.

A presente pesquisa busca responder as seguintes questões: como se deu o processo de deslocamento ocorrido pelos indígenas com o final do aldeamento em Brejo dos Padres/ PE; a luta pela conquista da demarcação do território Kalankó.

Os objetivos específicos: pesquisar os pressupostos teóricos-conceituais ligados a origem; o povoamento; e resistência indígena; discutir a categoria território, tendo como ênfase os povos tradicionais; analisar os motivos que ensejaram o deslocamento espacial do povo kalankó desde sua saída de Brejo dos Padres/PE até sua chegada no sertão alagoano;

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa é reflexão teórica por meio da revisão bibliográfica da temática indígena e visita de campo para levantamento de dados e informações primárias junto ao povo Kalankó.

A pesquisa sobre o povo Kalankó consiste em uma reflexão sobre o grupo presente no sertão alagoano, localizado nos municípios de Água Branca e Mata Grande/AL com a finalidade de compreender o cotidiano desses povos, destacando a relação dos mesmos com o lugar especificando a importância da terra e a luta pela demarcação do território.

2. A QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL: RESISTÊNCIA À OPRESSÃO PLURISSEULAR

De acordo com Prado Junior (2017), o processo de invasão das Américas teve início há muito tempo, mais precisamente no século XV, quando navegações comandadas pelo português Pedro Álvares Cabral, que navegavam pelos oceanos em busca de novos territórios. Limitados apenas ao transporte marítimo, os europeus iniciaram as viagens pelos oceanos, de acordo com Prado Junior (2017), cada país seguia uma direção com o objetivo de encontrar terras que possuíssem riquezas naturais para serem exploradas e comercializadas.

Iniciadas as navegações, cada país tinha um destino a seguir, segundo Prado Junior (2017), teriam que escolher uma rota que os levassem até o seu objetivo onde Portugal preferiu seguir para o oriente a Espanha escolheu o ocidente. Mas, nem todos os países eram providos de conhecimento geográfico sobre a localidade que estavam percorrendo e isso foi um obstáculo a ser enfrentado onde muitos deles acabaram perdendo a rota por não conhecer todo o trajeto.

Porém, esses obstáculos não impediram de prosseguir com a viagem, segundo Prado Junior (2017) em meio às navegações os espanhóis chegaram a América e lá iniciaram o estudo sobre o território com o objetivo de conhecer suas riquezas naturais e em seguida explorá-la, para que pudessem ser comercializadas e alavancar sua economia. Ainda de acordo com Prado Junior (2017), outros países também conseguiram chegar a América como Portugal, França que também participaram das explorações.

Dentre os países citados, segundo Prado Junior (2017), Portugal apresentava um conhecimento geográfico superior em relação aos demais países, visto que seu objetivo nessas expedições era encontrar o caminho que lhe direcionassem até as Índias que possuía uma diversidade de preciosas especiarias responsáveis pelo aumento da economia de países como, por exemplo, Itália. Essa riqueza que foi gerada pelas preciosidades encontradas na Índia que atraiu os olhares de diversos países além de Portugal, como a Espanha, França, Holanda entre outros.

De acordo com Prado Junior (2017), quando as esquadras portuguesas chegaram ao Brasil, deu início a um processo de exploração que visava alavancar a economia do seu país de origem. Ao desembarcarem no território, começaram a explorar tudo o que conseguiam desde a vegetação, animais, solo e principalmente a população nativa que já habitavam aquele espaço. Portanto, ao adentrarem nesse novo território em meados de

1500 encontraram indígenas que já viviam nessas terras. De acordo com Moraes (2011), os primeiros povos a habitar o Brasil foram os indígenas, “é secundária a questão de ter sido o Brasil de fato descoberto pela expedição de Pedro Álvares Cabral ou de esta ter efetuado apenas o ‘achamento’ oficial das terras brasileiras”.

Portanto, os indígenas foram os primeiros habitantes das terras brasileiras, eles. Já se encontravam no país antes da chegada dos portugueses, que de acordo com Moraes (2011), os mesmos viviam em florestas e nas proximidades dos rios onde podiam caçar, pescar e cultivar seus alimentos, dentre eles plantas que eram utilizadas para fazer remédio e curar doenças que acometiam esses povos.

A presença do pajé e do cacique que segundo Prado Junior (2017), era de extrema importância para a organização das mesmas. Visto que cada um deles tinha uma função específica em repassar seu conhecimento sobre os costumes necessários que serão transmitidos aos indígenas mais jovens sobre rituais, religião e todos os componentes importantes para a manutenção da aldeia, visto que cada aldeia tinha seus próprios costumes.

Ao desembarcarem nas terras brasileiras, os portugueses começaram a percorrer o território para identificarem a matéria-prima existente. Conheceram o pau-brasil, que segundo (Prado Junior 2017) foi exportado para outros continentes, sendo utilizado na produção de móveis e tintas para tecido e na construção, que chamou atenção dos europeus por causa da sua cor e qualidade da madeira, as peles de animais e a pesca também foram utilizadas nas exportações.

Inicialmente, esse processo de exploração tinha como objetivo traficar madeira e demais produtos aqui encontrados. Esse processo continuou, porém, o Brasil ficou durante muito tempo no abandono por parte desses invasores que só traficavam a matéria prima aqui existente, os mesmos inicialmente não demonstravam interesse em colonizá-lo.

De acordo com Moraes (2011), os portugueses não demonstravam interesse em colonizar as terras brasileiras, pois, estavam à procura de outros objetivos esses se referem a objetos preciosos como ouro, prata entre outros.

Segundo Moraes (2011):

Na verdade, este novo território não oferecia atrativos imediatos visíveis para o conquistador lusitano. Não havia os estoques metálicos entesourados, como na América hispânica, também não havia os lucrativos e a animada rede de comércio encontrada no Índico (MORAES, 2011, p.58).

Ainda de acordo com Moraes (2011), a falta de interesse dos europeus pela colonização do território brasileiro resultou em abandono que durou cerca de 30 anos, e

durante esse tempo outros países também queriam usufruir das terras do novo continente. Fazendo com que a coroa portuguesa, começasse a pensar em uma colonização só assim evitariam que outros países tomassem posse das terras brasileiras. Mas para que essa ocupação se consolidasse passaram muitos anos, e quando foi concretizada definitivamente ocasionou o confinamento e a separação de muitos povos indígenas.

Segundo Prado Junior (2017), a colonização do novo território ocupado pelos invasores europeus ainda não estava sendo cogitada pelos países que ali adentraram, o objetivo dos mesmos era explorar matérias-primas e comercializa-las em meio a essas explorações surgiram doenças que acometeram uma grande parte da população.

De acordo com Prado Junior:

Nenhum povo da Europa estava em condições naquele momento de suportar sangrias na sua população, que no séc. XVI ainda não se refizera de todo das tremendas devastações da peste que assolara o continente nos dois séculos precedentes (PRADO JUNIOR, 2017, p. 17).

Moraes (2011), Portugal só se mostrou preocupado quando percebeu que estava sendo ameaçado em perder território para outros países que também queriam tomar posse das terras do Brasil. Esse medo em perder o domínio sobre espaço fez com que coroa portuguesa começasse a se interessar pela colonização da nova terra. No entanto, a colonização ainda não era interpretada pelos europeus como um processo de ocupação, era entendida apenas como uma forma de comércio que com o passar dos anos foi se expandindo e necessitava de um suporte maior de pessoas para trabalharem e contribuírem com a expansão do comércio.

Prado Junior (2017, p.18) ressalta que “[...] realizar o povoamento de uma costa imensa como a do Brasil era tarefa difícil [...]”. E pensando nas possíveis formas de colonizar o Brasil a coroa de Portugal, começou a planejar estratégias sobre as vantagens e desvantagens do povoamento do novo território.

Com base em Moraes (2011), no período colonial foi iniciado um processo de invasão de terras pelos portugueses no Brasil, esse foi intensificado pela insegurança trazida com a presença dos espanhóis e franceses nas terras brasileiras. Com o passar do tempo as terras precisavam ser colonizadas e para esse povoamento acontecer, era necessário ter pessoas para comandar essa administração. Mas para que essa ocupação se consolidasse passaram muitos anos, e quando foi concretizada definitivamente ocasionou o confinamento e a separação de muitos povos indígenas.

Prado Junior (2017), para a concretização do processo de colonização em um território tão grandioso a coroa portuguesa, partilhou o território com pessoas influentes

da sociedade portuguesa, onde essas pessoas seriam responsáveis pela administração do novo território.

Segundo Prado Junior:

O plano, em suas linhas gerais, consistia no seguinte: dividiu-se a costa brasileira (o interior, por enquanto, é para todos os efeitos desconhecido), em doze setores lineares com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas. Esses setores chamar-se-ão *capitanias*, e serão doadas a titulares que gozarão de grandes regalias e poderes soberanos; caber-lhes-á nomear autoridades administrativas e juizes em seus respectivos territórios, receber taxas e impostos, distribuir terras etc. (JUNIOR, 2017, p. 18).

Após essa divisão do território, para aqueles que foram beneficiados de todo o que foi produzido no espaço que lhes foi destinado, e posteriormente seus filhos e netos herdarão as terras como também darão continuidade no processo de expansão do território. Pode-se dizer que esse momento marcou o início do processo de colonização onde a ocupação acontecerá de uma forma definitiva.

Silva Junior (2011), diz que o processo de colonização ocorre com o intuito de expandir o comércio e posteriormente o território com o objetivo de aumentar o espaço, e com isso gerar riquezas a partir da matéria prima que era explorada em função do aumento da economia. De acordo com Silva Junior (2011), o processo de colonização tinha a ideologia de ascender novas formas de se produzir, considerando nesse contexto, o território brasileiro. Mas nem todos os países que ocuparam o Brasil, tiveram a mesma sorte com o espaço ocupado visto que muitos deles não possuíam riquezas naturais como o ouro e prata.

De acordo com Mizusaki (2017), nesse período de expansão do território foram utilizados mecanismos e práticas de apropriação da riqueza e de controle do trabalho para que pudessem ser articuladas ao capitalismo mundial. Ainda de acordo com Mizusaki (2017), essas práticas influenciaram no desenvolvimento da economia do novo território, mas os impostos continuaram sendo pagos à coroa de Portugal e desta forma o que era produzido no Brasil era repassado aos colonizadores europeus.

A colonização marca a consolidação do povoamento das terras brasileiras, visto que a coroa de Portugal estava insegura em relação aos outros países que também queriam se apoderar das terras que já lhes pertenciam. Portanto, de acordo com Junior (2017), a partilha do território tinha como objetivo dividir o território a fim de evitar guerras, e foi temendo esse aumento do tráfico ilegal de madeira e demais produtos naturais existentes no país que a coroa portuguesa decide tomar uma atitude.

Segundo Prado Junior:

No terceiro decênio do séc. XVI o rei de Portugal estará bem convencido que nem seu direito sobre as terras brasileiras, fundado embora na soberania do papa, nem o sistema, até então seguido, de simples guardas-costas volantes, era suficiente para afugentar os franceses que cada vez mais tomam pé em suas possessões americanas. Cogitará então de defendê-las por processo mais amplo e seguro: a ocupação efetiva pelo povoamento e colonização (PRADO JUNIOR, 2017, p18).

Os portugueses foram guiados pelas águas começaram a perceber segundo Costa (1998) diferenças nos lugares por onde percorriam, além de terem uma dimensão maior sobre o tamanho do território onde observaram a mudança na paisagem ao redor do mar e perceberam que estavam navegando em água doce. Foi neste momento que os invasores chegaram ao território nordestino mais precisamente no litoral, e lá observaram que o clima e solo fértil eram fatores naturais importantes para desenvolver algum tipo de produto e ser comercializado.

Segundo Costa:

“[...] essa expedição marcou sua cartografia e embocadura do rio São Francisco de frontando a 4 de outubro daquele ano, e ao qual a população indígena dos arredores dava o nome de Paratitinga. Foi esse primeiro ponto da terra alagoana que ficou assinalado [...] (COSTA, 1998, p. 02).

Segundo Costa (1998), Alagoas não existia para os portugueses, a mesma era uma capitania hereditária de Pernambuco, mas, através das navegações que corriam o mundo a procura de novos territórios, os portugueses chegaram e começaram a explorá-la. Eles não sabiam o tamanho das terras e também não tinham conhecimento se neste lugar tinha algo valioso, porém, com os ajustes de Tordesilhas deram poder absoluto aos portugueses de explorar o estado.

Segundo Brandão,

Não valia a pena, de facto, abandonar o trato com gente de tradição comercial e civilização secular, detentora de indústrias preciosas mercantilmente cobiçadas por toda parte, para aventurar-se, sem perquirições minuciosas, a colonização de uma terra longínqua, que não denunciava a existência do ouro, da prata, das pedras preciosas, das especiarias, e cujas populações, bravias e hostis, ainda na idade da pedra polida, eram um empecilho ao êxito de qualquer empreendimento de grande tomo. (BRANDÃO, 1909, p. 05).

E diante do que foi citado anteriormente as esquadras se direcionaram para outras localidades como a costa do estado, e lá encontraram vários povos indígenas onde teve início a um grande processo de agressão contra os mesmos que só tentaram se defender do invasor que adentrava no seu território.

Os portugueses além da exploração aos povos originários, passaram a desenvolver técnicas utilizadas no seu país com o propósito de crescer economicamente. A plantação de cana-de-açúcar marcou o início desse processo da inserção da agricultura no país, onde a terra fértil e o clima contribuíram para a adaptação da planta que posteriormente se tornou muito valiosa e contribuiu com o crescimento do capital dos invasores.

De acordo com Almeida e Silva (2009), os indígenas de Alagoas viviam de atividades basilares que são caça, pesca, entre outros, onde todos contribuía com o trabalho que garantia a alimentação de toda aldeia, não necessitando de outra forma de produção de alimentos, pois, viviam na simplicidade. Segundo Gallois (2004, p. 39), “caracterizar um modo de vida indígena a partir de sua adaptação ao ambiente ocupado seria suficiente para configurar a relação que um grupo indígena mantém com esta sua terra”.

Portanto é importante ressaltar essa ligação que os indígenas tinham com a natureza, pois, dependia da mesma para a manutenção de todo o grupo visto que nela encontravam o necessário para sobreviver.

De acordo com Costa (1998), com a chegada dos europeus os indígenas mostraram uma resistência aos invasores do seu espaço, porém, suas armas e estratégias de expulsar os mesmos, não foram suficientes para impedi-los de usurpar seu território. Os portugueses tentaram alienar os indígenas a contribuírem com as explorações, tentando comprá-los com objetos que não possuíam nenhum valor comercial, em troca do seu serviço.

De acordo com Prado Junior (2017, p.36) “[...] em regiões mais pobres que não poderiam pagar o elevado preço dos escravos africanos, os colonos nunca abririam mão de sua pretensão de constranger os índios ao trabalho; e não houve lei ou limitação que os detivesse.

E assim os portugueses foram se agrupando e povoando o território, mas o convívio com os indígenas desde que os mesmos invadiram o país era conturbado, pois, viram no indígena um adversário que resistia e lutava incansavelmente pela sua terra e para se apropriar da mesma era necessário expulsá-los, e assim foi dado início a uma guerra entre portugueses e indígenas que segundo Silva (2018), os povos tradicionais por sua vez não conseguiram conter a força dos rivais que estavam bem armados e dispostos a dominar aquele território.

Segundo Silva,

Dos primeiros anos da colonização até a Lei de Terras (séculos XV e XIX) ocorre uma destruição radical das populações originárias, bem como a dispersão e diversas formas de migrações compulsórias, produto da expulsão de seus territórios. A Lei de Terras exerceu a função de institucionalizar formas de expropriações. (SILVA, 2018, p.484).

Segundo Almeida e Silva (2009), a chegada de mais esquadras portuguesas no território alagoano acabou enfraquecendo a força dos indígenas, que terminaram sendo dominadas e muitos exterminados, e esse domínio além das jornadas árduas de trabalho trouxe também a inserção de uma nova cultura. Além da cristianização comandada pelos missionários Almeida e Silva (2009), diz que os mesmos também eram encarregados de passar outros ensinamentos como o trabalho na agricultura, a obediência e com isto uma nova cultura foi sendo introduzida forçadamente no cotidiano dos indígenas. Segundo Prado Junior (2017, p.22) os portugueses vão dizer que os indígenas “[...] além da resistência que ofereceu ao trabalho, o indígena se mostrou mau trabalhador, de pouca resistência física e eficiência mínima.

Segundo Prado Junior:

Para fazer frente a este estado de coisas, a metrópole procurará legislar na matéria. Data de 1570 a primeira carta régia a respeito. Estabelece-se nela o direito da escravidão dos índios, mas limitada aos aprisionados em “guerra justa”. Era entendida como tal aquela que resultasse de agressão dos indígenas, ou que fosse promovida contra tribos que recusavam submeter-se aos colonos e entrarem em entendimento com eles. (PRADO JUNIOR, 2017, p.36).

Foi a partir dessa decisão que se intensificou a perseguição contra os indígenas onde o processo de escravidão se consolidou. Com isso foi iniciado uma sucessão de exploração onde, além da força de trabalho, muitos indígenas se submeteram aos caprichos dos colonos, que de acordo com Prado Junior (2008) iniciaram um processo de abuso contra as mulheres indígenas.

Conforme Almeida (2007):

Esse processo histórico de desapropriação das formas comunitárias de propriedade em benefício das formas capitalistas de produção acarreta o surgimento inevitável das relações de dominação e poder, características do processo histórico desigual do capitalismo. (ALMEIDA, 2007, p.105).

Esse processo de escravidão contra o indígena só foi extinto em meados do século XVIII, mas de acordo com Prado Junior (2017, p.22) esse processo “[...] manter-se-á, aliás, mesmo depois, embora mais ou menos disfarçado [...]”.

A questão indígena sempre sofrerá desavenças por parte do domínio europeu que para se apropriar de mais territórios e crescer economicamente, sempre irá subordinar os povos tradicionais para conseguir alcançar seus objetivos.

Segundo Moraes:

Assim, o colonizador visava obter o trabalho indígena e sabia que esse só poderia ser obtido com a “expropriação territorial, pela escravização e pela destribalização, ou seja, pela desorganização deliberada das instituições tribais, que pareciam garantir a autonomia dos nativos e eram vistas como ameaças a segurança dos brancos” (MORAES, 2011, p.67).

Houve também conflitos entre tribos indígenas, pois, com o passar dos tempos se propagou uma aproximação forçada do indígena com o europeu, que usavam diversas formas para tentar alienar esses povos tradicionais. Mas, nem todos os indígenas que ali habitavam se deixaram enganar com as armadilhas usadas pelos europeus para que os indígenas vendessem sua força de trabalho.

Segundo Costa (1983), essa aproximação entre indígenas e europeus acabou gerando conflitos entre os próprios indígenas que não aceitavam nenhum tipo de aproximação do indígena com o homem branco. Mas não conseguiram manter essa distância por muito tempo, onde muitos eram coagidos e forçados a aceitar a submissão que estava sendo imposta.

O resultado dessa proximidade gerou futuramente uma mistura entre as culturas, e também influenciou no processo da miscigenação que segundo Costa (1983, p.11) “[...] a aliança com os Tabajaras, conseqüentemente com o casamento de Jeronymo de Albuquerque com a filha do cacique Arcoverde, [...]”. E essa união gerou uma rivalidade entre Tabajaras e os Caetés, que se tornaram inimigos mortais que lutaram e sacrificaram muitas vidas.

Segundo Costa (1983), dentre os indígenas que demonstraram resistência vale ressaltar, que os Caetés mostraram mais firmeza defendendo seu território até a morte, pois, ocorreram diversos conflitos onde muitas vezes os Caetés conseguiram expulsar o inimigo, que recuavam com a intenção de buscar reforços e exterminá-los por serem considerados resistentes.

Já aqueles indígenas de acordo com Costa (1983), que queriam sobreviver a esse massacre passaram a ser submissos obedecendo às ordens que eram instruídas, e seguir os costumes que forçadamente lhes foram transmitidos, para isso utilizaram desde a escravidão até o extermínio, foram efetuadas expedições e guerras com o propósito de dominar e torná-los dependentes.

Segundo Gallois (2004), as conseqüências que os indígenas sofreram quando foram retirados dos seus territórios de origem foram irreparáveis, pois, tiveram que conviver com outra cultura como também passaram adotar outra religião que lhes foi forçadamente ensinadas pelos missionários. Gallois, citando João Pacheco de Oliveira (2004, p. 6) diz “[...] não é da natureza das sociedades indígenas estabelecerem limites territoriais precisos. Tal necessidade advém exclusivamente da situação colonial a que essas sociedades são submetidas. [...]”.

Conviver em um território que a cada dia se estreitava devido ao aumento da população e a expansão da pecuária, se tornou uma situação insustentável que além de conflitos internos entre os próprios índios geraram também o aumento de enfermidades. Segundo Almeida e Silva (2009), essa situação provocou nos indígenas o desejo de começar sua história em outro lugar que para muitos deles era a única solução para permanecerem vivos.

Ainda de acordo com Almeida e Silva (2009), a migração para outros lugares foi uma prova de resistência, onde muitos indígenas foram conviver com outros povos em aldeamentos comandados por missionários e teve também aqueles que se refugiaram no sertão. Essa fuga ocorreu também através das águas dos rios, que serviu de caminho até o lugar onde será construído seu novo território, pois, não havia o domínio dos europeus naquela localidade, que era vista como uma região que não dispunha de nenhum objeto ou terra fértil para ser explorado.

De acordo com Lira:

O conceito de território indígena é assim, “um espaço de sobrevivência e de reprodução histórica de um povo, onde se realiza a cultura, onde se criou o mundo, onde descansa os antepassados”. Inicialmente já temos a dimensão desse território e a compreensão de que o mesmo surge de uma relação cultural da sociedade que o habita ou já o habitou. (LIRA, 2005.p.05).

Com a invasão sofrida no território indígena, muitos costumes e tradições foram prejudicados por conta da usurpação de seu espaço. De acordo com Araújo Silva (2018, p. 481), “um longo processo de devastação física e cultural eliminou grupos gigantescos e inúmeras etnias indígenas especialmente através do rompimento histórico entre os índios e a terra”.

O território de acordo com Gallois (2004), é muito importante para os indígenas, pois, tudo o que está presente no mesmo desde a floresta, rios, animais se resume em um lugar sagrado que foi herdado de seus antepassados não podendo ser ocupado por outros povos além dos indígenas.

De acordo com Arruti (1996, p. 169), “a referência ao território é a referência a um determinado espaço donde emana legitimidade. Pertencer ao território indígena significa partilhar dos direitos que fazem referência a ele”. Mas o colonizador europeu se apropriou das terras (compreendida como parte da natureza), visto que os indígenas têm uma ligação com a mesma e seus costumes foram prejudicados com essa invasão, impedindo também a realização de seus rituais e danças não restando outra solução ao não ser fugir para outro lugar distante dessa perseguição.

2.1 O deslocamento espacial dos Kalankó de Brejo dos Padres para o Sertão de Alagoas.

Com base em Prado Junior (2017), com a expansão dos colonizadores sobre o território, os indígenas foram dominados e passaram a servir os portugueses, trabalhavam na agricultura cultivando cana-de-açúcar, pimenta dentre outras mudas de plantas que foram trazidas de Portugal para serem cultivadas no novo território. E toda a técnica em relação ao manuseio desenvolvido na agricultura foi ensinada pelos missionários e os fazendeiros que usavam a mão de obra indígena.

Prado Junior (2017, p.22), também ressalta que “[...] os colonos nunca abriram mão de sua pretensão de constranger o índio ao trabalho; e não houve lei ou limitação que os detivesse. [...]”. Além disso, outros costumes foram introduzidos aos povos indígenas, como a língua portuguesa, a religião, a culinária entre outros, o que acabou contribuindo para a transmissão da cultura portuguesa no território indígena, o que desencadeou o desenvolvimento do processo de aculturação.

Com o passar dos tempos segundo Almeida e Silva (2009), o espaço onde os índios eram reunidos começou a ser expropriado onde o aumento da população trouxe consigo a proliferação de doenças, que foram trazidas pelos europeus contaminando os indígenas, além das péssimas instalações e da alimentação que cada dia se tornava escassa. Esse processo de expropriação territorial cresceu a partir da mobilidade que ocorreu com os indígenas, que foi resultado de uma longa perseguição travada pelos europeus em expulsar os mesmos do seu local de origem dominando o seu território e consequentemente aumentando o seu capital.

De acordo com Almeida e Silva (2009), o aumento de conflitos pela disputa de terra motivou os indígenas a se deslocarem para outros espaços, onde houve uma fuga de vários povos em direção ao interior, os mesmos passaram a viver no anonimato por medo da perseguição do europeu.

Percebe-se com isso, que os indígenas viveram durante séculos sob o domínio e comando dos colonizadores, onde de acordo com Almeida e Silva (2009), viviam forçadamente com as missões, que era uma forma de tornar o índio um trabalhador que prestasse serviço para os latifundiários.

Esse processo que tirava o índio de seu espaço para viver em outro lugar, é chamado de desterritorialização, que foi esse deslocamento que reuniu vários indígenas de diferentes etnias em um mesmo aldeamento.

De acordo com Almeida e Silva (2009), um aldeamento administrado pelos jesuítas recebeu a denominação Nossa Senhora do Ó, posteriormente recebeu outra denominação que foi batizada pelos padres Oratorianos de Brejo dos Padres, o mesmo localizado no estado de Pernambuco.

De acordo com Almeida e Silva (2009), a extinção do aldeamento Brejo dos Padres, no final do século XIX, marcou gênese dos índios do alto sertão alagoano. Esse processo é tratado pelo Pankararu como o “tempo das linhas”, que demarcou os lotes e tomou suas terras, provocando a dispersão de muitas famílias indígenas.

Segundo Almeida e Silva (2009),

No século XIX, muitas famílias migraram em busca de novas terras para trabalhar e reproduzir-se culturalmente, em busca de trabalho ou juntando-se a outros parentes. Foi o caso dos Kalankó, que atravessaram o Moxotó, rio que separa os estados de Pernambuco e Alagoas, ocuparam uma região da caatinga até então desabitada, localizada no extremo do estado, espaço onde se encontram até os dias atuais. (ALMEIDA e SILVA, 2009, p. 50).

Segundo Santana Junior (2010), na medida em que os aldeamentos foram sendo destruídos, os indígenas não tinham outra solução e resolveram migrar para os centros urbanos ou mesmo trabalhar nas fazendas junto com seus algozes, com aqueles que retiraram suas terras.

O sertão de Alagoas foi o lugar onde muitos indígenas se reterritorializaram após o final dos aldeamentos em Brejo dos Padres/PE, onde iniciarem uma nova etapa em suas vidas. Foi um recomeço, pois, com a dispersão que sofreram no aldeamento que de acordo com Almeida e Silva (2009) foi causada pelas fronteiras agropastoris que causou um estreitamento em suas terras.

Nessa migração espacial de acordo com Prado Junior (2017), esses indígenas irão figurar como um exército de reserva de força de trabalho, ou seja, irão viver como trabalhador em outras cidades. Visto que a convivência com os posseiros e latifundiários, foi muito difícil, pois, os indígenas foram proibidos de manter seus costumes. E isso ameaça sua cultura, pois, diante dos conflitos enfrentados os indígenas temem perder sua vida e o pouco de terra que ainda lhes restam.

Portanto, ocultar a sua cultura foi uma das formas encontradas por estes povos para conviver com os costumes da sociedade, onde acabaram sofrendo o acultramento que será resultado do convívio com as pessoas daquela localidade. Segundo Santana Junior (2010, p. 215), “a inserção da cultura não índia está desestimulando entre os

indígenas, principalmente entre os mais jovens, a aprendizagem e a continuidade dos costumes indígenas, como as rezas e danças”.

Segundo Oliveira (1997)

No caso das missões, que são unidades básicas de ocupação territorial e de produção econômica, há uma intenção inicial explícita de promover uma acomodação entre diferentes culturas, homogeneizadas pelo processo de catequese e pelo disciplinamento do trabalho (OLIVEIRA, 1997, p.57).

De acordo com Silva (2017) muitos indígenas acabaram se auto intitulado como caboclo, e quando indagados pelo censo do IBGE¹, muitos já não se identificavam como indígenas, pois, distante do seu grupo vivendo nos centros urbanos acabam se identificando como pardos também. A ideia do caboclo é empregada para fazer menção a essa pessoa que não é nenhuma coisa nem outra, foi um subterfugio usado pelos indígenas na ocasião com medo de serem discriminados como também perseguidos.

Segundo Silva,

No Nordeste, os habitantes dos lugares onde existiram antigos aldeamentos foram chamados de “caboclos”, condição essa muitas vezes assumida pelos indígenas para esconder a identidade étnica diante das inúmeras perseguições de invasores das terras habitadas pelos indígenas. (SILVA, 2017, p.258).

E essa condição muitas vezes assumida pelos indígenas, para não sofressem discriminação, eles usavam essa expressão caboclo para se identificarem visto que não é sua mais, que ilustra muito bem uma tentativa de ocultamento de sua origem para garantir sua sobrevivência.

Segundo Gallois (2004), esse processo de expropriação que ocorreu com os indígenas do Nordeste, mudou a sua história, pois, tiraram seu espaço e também a tradição que os mesmos tinham com o lugar que habitavam. E isso não se reconstrói com facilidade em outro território porque de acordo com Gallois (2004), os indígenas têm uma ligação com a natureza esta vai além do que conseguimos compreender, é uma força que os encoraja lhes ensina e os protege.

O território indígena tem um valor simbólico, pois, todos os elementos presentes naquele espaço, desde árvores, os animais, o rio e tudo que compõe o lugar, não pode ser tirado dos mesmos, pois, é a única herança dos seus antepassados. Arruti (1996, p. 146) vai dizer “o Brejo dos Padres fica, assim, quase perfeitamente rodeado de pontos que concentram referências mágicas, mas a maioria deles se encontra fora do próprio Brejo, na seção norte.”

Segundo Gallois,

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Esse processo é compreendido como imemorialidade da ocupação indígena em determinada região, e assim como é recorrente a caracterização do modo de vida indígena através de seus vínculos com a “natureza” ou com algum “nicho ecológico” que acabaria configurando o que seria a “sua terra”. (GALLOIS, 2004, p.38).

Almeida e Silva (2009), vai dizer que a desterritorialização ocorrida com os indígenas que deixaram seu território e partiram para o interior, trouxe consequências para esses povos. As mesmas estão relacionadas com o estreitamento do território, pois, os indígenas ficavam reunidos em um mesmo espaço.

Os conflitos e mortes começaram a ocorrer com frequência, pois, vivam acudados pelas fronteiras agropastoris e arrebanhados pelos missionários, eram obrigados a viverem em pequenas porções de terra. Gallois (2004, p.39) aborda “[...] que a ideia de um território fechado só surge com as restrições impostas pelo contato, pelos processos de regularização fundiária. [...]”. Um dos motivos para a redução desse território está relacionado com a invasão dos criadores de gado e pequenos posseiros o que acabou contribuindo mais uma vez com o deslocamento dos índios para outra localidade.

De acordo com Almeida e Silva (2009), os povos indígenas que habitam o sertão alagoano são descendentes do tronco étnico Pankararu, proveniente do antigo aldeamento de Brejo dos Padres localizado no estado de Pernambuco. A dispersão que levou os indígenas a se deslocarem do estado de Pernambuco para Alagoas está relacionada a uma busca pela sobrevivência.

Segundo Arruti;

As “linhas” ou o “tempo de Cavalcante” formam o marco fundamental da constituição de uma comunidade afetiva fundada na memória, servindo também como momento de definição daqueles que são identificados como os maiores dilemas do grupo hoje. São as “linhas” que separam um passado feito de índios de “tronco velho”, isto é, puros e autênticos, de um presente feito de gente “braiada”, de “caboclos misturados”. São elas também que separam um tempo de unidade da aldeia e o tempo atual de fragmentação política e religiosa, que explode as lealdades por diferentes grupos (de que trataremos no segundo segmento dessa dissertação), como consequência do impacto da expulsão de grande número de famílias do Brejo e da mistura dos que ficaram (ARRUTI, 1996, p.36).

Fica evidente que de acordo com Arruti (1996), o tempo das linhas deu início a essa ação repressiva que ameaça a etnogênese² das comunidades indígenas do tronco Pankararu. Com isso podemos ressaltar a importância ao se tratar das comunidades

² Etnogênese foi e é um processo histórico constante que reflete a dinâmica cultural e política das sociedades anteriores ou exteriores ao desenvolvimento dos Estados nacionais da atualidade. É o processo básico de configuração e estruturação da diversidade cultural humana. (BARTOLOMÉ, 2006).

indígenas, evidenciar o valor que terra possui para os mesmos onde a sua tradição cultural está ligada diretamente com a terra.

O processo de aldeamento segundo Almeida e Silva (2009), acontece desde o período colonial, o mesmo visava controlar os indígenas e acabou gerando uma segregação desses em pequenas porções de terras que eram insuficientes para as etnias viverem, seguindo seu modo de vida. Gerando muitos problemas entre os indígenas, que acabaram entrando em conflito entre si por conta do tamanho do território que possuíam que foi se estreitando e levando os mesmos a se dispersarem.

Conforme Vieira (2010), a perda da terra e o crescimento populacional provocaram o aumento da fome e dos conflitos internos, impossibilitando a permanência de diferentes grupos étnicos em um mesmo espaço. Sem ter onde morar muitos indígenas tiveram que abandonar suas terras de origem deslocando-se para o Sertão de Alagoas, a procura de um novo espaço onde as serras de Pariconha, Água Branca e Mata Grande foram os lugares escolhidos para a formação do novo território.

Neste caso os Kalankó vieram para o sertão de Alagoas segundo Almeida e Silva (2009), e se organizaram nos municípios de Água Branca e Mata Grande, onde tiveram que viver por muito tempo no anonimato temendo sofrer perseguições por conta de posseiros, fazendeiros e autoridades locais.

Segundo Almeida e Silva (2009), os Kalankó pertence à ponta da rama do tronco Pankararú ambas tem uma ligação muito forte que está relacionada aos seus antecedentes. Os Kalankó pertence a uma das ramas dos Pankararú, onde um está localizada em Pernambuco e a outra ao estado de Alagoas. Porém, ainda segundo Almeida e Silva (2009), a imagem do tronco Pankararú é simbólica para compreender as alianças indígenas do Sertão alagoano.

De acordo com Almeida e Silva (2009), a mudança de nome foi uma estratégia da unidade étnica dos Kalankó e dos Pankararú. Que ao ocupar um novo espaço e ser reconhecido pelo Estado foi preciso criar um etnônimo, que denominasse o Kalankó como à terra dos mais novos descendentes da rama do tronco familiar. Onde a comprovação do parentesco foi fundamental para o reconhecimento do povo por parte do Estado. Mas esse processo não foi tão simples assim, principalmente pelo fato dos indígenas não estarem em seu território de origem, e esse detalhe dificultou o início do processo de comprovação de suas terras.

Segundo Gallois:

O tremendo impacto que a colonização teve sobre as populações indígenas, muitas delas rechaçadas e refugiadas em áreas que não correspondem à sua localização histórica, nem à extensão territorial ocupada antes da dizimação gerada pelo encontro com frentes de colonização. (GALLOIS, 2004, p.39).

Segundo Almeida e Silva (2009), os indígenas Kalankó que para muitos foram extintos, se direcionaram para o sertão de Alagoas a procura de um novo território para sobreviver. Nas terras da cidade de Água Branca a 310 km da capital se organizaram no povoado de Gregório, Santa Cruz do Deserto e Januária e lá começaram uma nova etapa de suas vidas. Passaram a viver no anonimato temendo serem perseguidos e sofrerem represálias por conta de sua etnia. Atualmente a aldeia possui apenas 70 famílias das 101 que existe, pois, nem todas estão presentes pelo fato de saírem para outra localidade em busca de melhorias.

De acordo com Silva (2017), o Estado continuava a considerar o indígena em vias de extinção, porém, como ele estava se desgarrando do seu modo de vida e se integrando à sociedade nacional essa transição era traumática e como forma de evitar, o papel de Serviço de Proteção ao Índio (SPI), era garantir que esse processo de transição ocorresse da melhor maneira possível. Segundo Silva (2017, p.05) “Em se tratando dos índios no Nordeste, estes foram ainda considerados exterminados, desaparecidos, negados com o mito da mestiçagem ou pela suposta aculturação”.

De acordo com Junior (2011), em Alagoas, inicia-se um silêncio em relação aos povos indígenas, onde a existência das etnias encontradas no estado tinha desaparecido com isso todas as etnias do sertão tinham desaparecido também, pois, quem estava contado as suas histórias não citavam os indígenas.

Essa nova etapa na vida do povo Kalankó é marcada segundo Almeida e Silva (2009), coma a luta pela sobrevivência e pela terra, ou seja, essa tribo é guerreira resistindo ao deslocamento sofrido de seu “tronco”. Iniciando uma luta pela demarcação de suas terras, pois, despossuído da terra o índio perde o ponto central de sua sustentação, já que as terras onde vivem são insuficientes para desenvolverem uma agricultura que contemple a todos os seus membros. Esse processo representa para Gallois (2004, p.38) “[...] como uma descontinuidade territorial também pode ser redefinida de acordo com períodos de aproximação e distanciamento entre grupos. [...]”.

Esse processo é responsável pela mobilidade espacial que ocorre na aldeia, pois, o espaço que eles têm hoje como diz Almeida e Silva (2009) sofre com a ação dos posseiros que desmatam prejudicando a caça, a produção de alimentos e comprometendo também o leito dos rios. Podemos apontar que a ausência de um território para garantir sua

sobrevivência é um dos principais motivos que impulsionam os indígenas a abandonarem o território e vender sua força de trabalho.

Esse deslocamento transforma o índio em proletário, pois, quando não encontram um espaço propício para sua reprodução acabam se sujeitando a outras formas de trabalho, e muitos deles saem para trabalhar em outros lugares até mesmo outros estados. E seguindo essa reflexão Almeida e Silva (2009) complementa:

Ao ser desapropriado da terra, o índio perde o ponto central de sustentação material. Para sobreviver nesse contexto, o índio teve que se acoplar ao interesse do capital, transformando-se em reserva de mão de obra. Essa é a forma, preferencialmente, a partir da qual dá-se a continuidade da sociedade indígena dentro do capital; ou seja, como trabalhador livre e despossuído de terra. (ALMEIDA e SILVA 2009, p.38-39).

Essa nova etapa na vida dos Kalankó de acordo com Almeida e Silva (2009), é marcada com a luta por terra e pela sobrevivência foram o incentivo para seguirem adiante a fim de alcançar seu objetivo, pela conquista da terra que é essencial para garantir sua subsistência. Assim poderão desenvolver sua agricultura cultivando alimentos, ervas e alimentar as pequenas criações de aves e animais que contribuem também para a alimentação das aldeias.

De acordo com Almeida e Silva (2009) os peixes que antes existiam no rio Moxotó estavam diminuindo, por conta da proximidade do rio com o perímetro urbano onde a pesca sem controle pelos não índios acabaram afetando o ciclo de reprodução dos peixes. A demarcação do território indígena é muito importante para manter a fauna e flora protegida do avanço dos latifundiários e da população que a cada dia se aproximam do território ocupado pelas aldeias.

Gallois aborda:

Uma Terra Indígena deve ser definida identificada, reconhecida, demarcada e homologada levando-se em conta quatro dimensões distintas, mas complementares, que remetem às diferentes formas de ocupação, ou apropriações indígenas de uma terra: “as terras ocupadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural” (GALLOIS,2004, p.37).

Silva (2010) aborda a aquisição de “terras devolutas”, essas terras em sua maioria pertencem ao poder público, não possuem, portanto, um destino ficando sem nenhuma utilidade por parte do poder público. Desse modo, de acordo com Silva (2010, p.10), “a Constituição de 1967 inovava por considerar as terras indígenas como parte do patrimônio da União, o que impedia, mesmo que em tese, o esbulho que vinha sendo praticado pelos estados.”

Segundo Silva (2010):

Esta não faz alusão à categoria de terra de índios, e funciona mais como respaldo para o confisco oficial destas, pois a nova legislação proibiu a aquisição de terras devolutas que não fosse pela compra (artigo 1º), instituindo a terra como mercadoria. Para as terras já ocupadas estabeleceu um prazo para o registro de posse. Como o processo era burocrático ou havia simplesmente o desconhecimento do assunto pelos grupos indígenas, diversas de suas terras não foram registradas e então passaram a ser consideradas como devolutas. (SILVA, 2010, p. 02).

3. TECENDO FIOS ACERCA DA DISCUSSÃO SOBRE O TERRITÓRIO E A TERRITORIALIDADE INDÍGENA

3.1 Analisando a categoria Território

De acordo com Almeida e Silva (2009), por séculos os indígenas vêm sofrendo muitas dificuldades sobre a questão da normatização de seus direitos e a demarcação do seu território. Ainda segundo tais autores esse problema existe desde que o Brasil foi invadido pelos portugueses. A partir dessa invasão, de acordo com Almeida e Silva (2009), muitos indígenas tiveram suas terras apropriadas pelos portugueses, com isso os costumes que eram praticados em seu território foram arrancados, causando uma desestruturação no seu modo de vida.

Desde o período que sucedeu a invasão portuguesa, iniciou-se um processo de expropriação de espaço onde o intuito era garantir lucros vindos dos produtos extraídos das terras brasileiras, e posteriormente, quando se intensificou o processo de colonização, houve um aumento nessa produção contribuindo com o acúmulo do capital.

No período colonial, já se iniciava uma prática onde concentrava os indígenas em terras definidas pela coroa portuguesa. Que deu início também a um processo de separação, pois, os espaços que lhes eram concedidos eram mínimos em sua maioria, e não conseguiam manter todos os indígenas confinados numa mesma extensão de terra. Segundo Arruti (1996, p.25) “O aldeamento do Brejo dos Padres constituiu-se, assim, como fruto da estratégia de desterritorialização e reterritorialização que levou ora à repartição, ora à concentração de diferentes grupos étnicos num mesmo espaço restrito”.

Neste caso, as missões religiosas de acordo com Almeida e Silva (2009) eram responsáveis pela organização dos indígenas nos aldeamentos que recrutava muitos indígenas de diferentes etnias, colocando em espaço chamado aldeamento.

De acordo com Riceto (2008), o território apresenta múltiplas dimensões onde a ciência política nos mostra como se constrói as relações de poder. Com base em Riceto (2008), a ciência econômica enfatiza a relação do modo de produção com lugar e tudo aquilo que contribui para o desenvolvimento da economia daquela localidade. Por último, podemos abordar a importância que o lugar representa para os seus membros, onde a antropologia vai exaltar a dimensão simbólica mostrando a importância de tudo aquilo representado naquele espaço, desde as árvores, rios, animais entre outros elementos que constituem o lugar habitado.

Conhecer o território, devemos partir do pressuposto da trajetória de sua formação que está ligada também com a interação entre a sociedade. Desse modo, o mesmo se constitui de acordo com Riceto (2008), a partir de múltiplos territórios das trocas de costumes que está no centro das características presentes no convívio na sociedade, com a cultura, com a política, enfim, tudo o que é produzido e transforma o território se tornam importantes e necessários para a sua compreensão.

Na análise de Arruti (1996), o território indígena é repleto de significações o que o torna muito importante para esses povos, e Silva (2010) afirma que: “reproduzem-se por força de um poder local”.

Segundo Silva (2010),

A territorialidade não é somente a visão simbólico-cultural do território. A territorialidade é “algo abstrato”, mas não no sentido radical que a reduz ao caráter de abstração analítica. Ela é uma “abstração” também no sentido de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado. Desta maneira, o poder no seu sentido simbólico também precisa ser considerado em nossas concepções de território (SILVA, 2010, p.06).

Portanto, a territorialidade para os indígenas não é somente uma visão simbólica e cultural, é algo abstrato Silva (2010). Oliveira (1997) vai afirmar que existe uma diferença entre o território da Amazônia e do Nordeste,

De acordo com Oliveira,

Na Amazônia, a mais grave ameaça é a invasão dos territórios indígenas e a degradação de seus recursos ambientais, no caso do Nordeste, o desafio à ação indigenista é restabelecer os territórios indígenas, promovendo a retirada dos não índios das áreas indígenas, desnaturalizando a “mistura” como única via de sobrevivência e cidadania (OLIVEIRA, 1997, p.53).

Essa diferença segundo Oliveira (1997), está relacionada a luta que esses povos têm para manter e restabelecer o território. No caso dos indígenas do Nordeste, a luta para

muitas etnias está voltada ao processo de demarcação que é um processo que visa determinar os limites territoriais, ou seja, o tamanho das terras para os indígenas se reproduzirem culturalmente, o mesmo é uma das lutas que muitos indígenas no Brasil estão enfrentando, neste caso, especificaremos a situação dos Kalankó que teve seu território reduzido por conta do avanço dos posseiros e outros.

Segundo Arruti,

A memória da comunidade registra atos de expropriação das suas terras desde o início do século, intensificados na década de 1920 com a forte presença do cangaço e das volantes e depois, entre as décadas de 1930 e 1950, quando a comunidade passou a ter suas terras invadidas sistematicamente por uma família de proprietários que então ocupavam o governo municipal (ARRUTI, 1996, p.52).

Consequentemente, a forma que o território é distribuído gera desigualdade nos povos tradicionais, podendo ser percebida com a segregação que ocorreu entre indígenas de diversos povos onde especificaremos as etnias do Nordeste com o processo de “desterritorialização dispersão” Arruti (1996, p.93).

Com base em Almeida (2009), os motivos que contribuíram para a saída de muitos indígenas de sua aldeia de origem estão relacionados tanto pelo espaço insuficiente para sobreviverem, quanto para retomar suas terras de origem e se reterritorializarem, onde poderão realizar suas atividades desde a sua reprodução familiar, a cultura e a produção de alimentos.

Segundo Oliveira,

A noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1997, p.55).

De acordo com Arruti (1996, p.113), “o território estaria, assim, no campo da produção de significados e instrumentos culturais, mais que no campo dos objetos naturais.” Com base nisso, abordar a categoria território relacionando-a com a territorialidade indígena, parte do pressuposto sobre o significado como essa categoria é compreendida pelos indígenas de forma histórica e cultural. Visto que o território indígena tem um significado diferente do que a sociedade não indígena idealiza, e essas diferenças devem ser compreendidas de forma sucinta para entendermos o verdadeiro significado que esse espaço tem para esses povos.

Segundo Fuini (2017):

O território também assume um viés multidimensional (político-jurídico, econômico e culturalista) e os movimentos dos agentes e grupos entrando e saindo de territórios (tidos como seus e de outros) manifesta os processos de desterritorializações e (re) territorializações. (FUINI, 2017, p.20).

Dentre essas definições podemos constatar que o território pode ser analisado, em dimensões distintas. Além disso, Junior (2010, p. 05) explica, “pode-se então, entender o território, como local onde se estabelecem as relações de poder, políticas e sociais, além de ser, o local onde se estabelecem trocas culturais e simbólicas, com grande apego e forte relação com o espaço vivido”. E isso nos leva a compreender, que para o mesmo ser estruturado recebe influência do homem que traz elementos que transformam esse território, tornando diferente uns dos outros.

Riceto e Silva (2008) vão dizer que o território pode ser entendido de diversas maneiras a depender da área de investigação. Ainda de acordo com os autores, o território é considerado como uma das principais categorias da ciência geográfica. Portanto, esse termo possui uma polissemia em seu uso podendo ser interpretado de acordo com área investigada. Riceto e Silva (2008, p.147) vai explicar que “o território é o mais próximo de nós, logo, falar de território é também falar de sujeitos, de vida cotidiana, de sentimentos e de desejos, enfim, é falar do próprio lugar.

Com base nessas informações é importante perceber que para compreender o território é necessário discutir segundo Riceto e Silva (2008, p.147) como os “homens constroem seu campo, ou campos, de relacionamento. Neste caso será abordado a relação que os indígenas têm com o território, a mesma não se verifica uma relação de poder e sim uma relação de trabalho, de vida de sobrevivência.

Segundo Mizusaki:

Nesse aspecto, entendemos que na análise da dinâmica do território, não somente os diferentes tempos sociais devam ser considerados, mas também, os diferentes tempos da natureza, pois os seres humanos não são apenas seres sociais, mas naturais também (MIZUSAKI, 2017 p.42).

Com isso, além das características naturais existentes no território, os costumes de cada um dos povos que ocupam esse território são responsáveis também pelas relações que são estabelecidas no mesmo.

Segundo Riceto (2008):

Culturalmente o território pode ser definido como o espaço de um reconhecimento, onde os indivíduos se declaram como parte, seja de um lugar ou de uma manifestação e aí se identificam, se realizam, se encontram e se sentem protegidos (RICETO, 2008.p.04).

Isso significa que o território pode ser definido como um espaço que vai além das transformações feitas pelo homem na natureza, nesse espaço é possível sentir a energia vinda de seus antepassados através do contato direto com a natureza Gallois (2004). Portanto, este território tem uma importância para os indígenas, que para os mesmos esse espaço é um lugar sagrado que já foi habitado pelos seus antepassados.

Segundo Arruti,

O Território indígena é um símbolo forte, capaz de catalisar grupos, lutas, inovações jurídicas, pressões de diferentes naturezas e escalas. Mas é forte, sobretudo, porque se afirma sobre uma idéia aparentemente muito simples, que está presente na maioria dos discursos sobre o tema e que, como qualquer outro símbolo, retira sua força da capacidade de condensar experiências, noções, crenças e aspirações, que são tão mais intensificadas e plurívocas quanto mais o símbolo for capaz de reduzi-las a uma fórmula elementar (ARRUTI, 1996, p. 9-10).

De acordo com Arruti (1996), o território indígena apresenta um valor muito forte para esses povos, e a partir de toda a simbologia envolvida em todos os elementos presentes na natureza, será abordado o valor que a terra possui para os mesmos, onde a sua tradição cultural está ligada diretamente com a terra. Portanto, não dá pra falar da realidade indígena sem falar do problema da terra e essa questão precisa ser colocada como central, pois, ainda continua esmagando e comprimindo o indígena.

Diante desses argumentos, compreendemos que quando falamos em indígena, é preciso partir do pressuposto da terra e a mesma tem significado de território para o indígena, seu espaço de vida é seu espaço de luta.

Além disso, segundo Gallois (2004), a terra indígena, além de assegurar a atividade produtiva, tem uma simbologia muito forte para esses povos, que está ligada a seu bem-estar sendo necessária para sua reprodução física e cultural. Os elementos presentes na natureza desde uma árvore, um lago, tudo isso forma a origem do abrigo indígena por esse motivo a terra é muito mais do que o meio indispensável para a produção de alimentos para a sustentação da comunidade, possuindo também uma dimensão simbólica cultural.

Por esse motivo, não podemos dissociar o indígena da terra, pois, estes possuem uma ligação com mesma vinda de seus antepassados. E esta relação contribui com a experiência que os indígenas tem com todos os elementos presentes na natureza. A terra, neste sentido, de acordo com Gallois (2004), é considerada pelos indígenas como sua base onde todo o conhecimento concebido pelos seus ancestrais, vem de toda essência que a terra produz onde tudo o que a rodeia tem um significado na vida dos indígenas.

A questão da terra é de natureza fundante, porém, há um problema que se refere quando a terra deixa de apresentar um valor de uso, nesse sentido, de acordo com Martins (1980), quando esse espaço não passa a ser utilizado, para satisfazer as necessidades básicas que se referem a alimentação passando a ser usado apenas como meio de troca.

Isso ocorre, de acordo com Martins (1980), quando o capitalismo se apropria da terra fazendo com que a mesma seja convertida, ou seja, a terra de trabalho passa a ser terra do negócio. Quando existe essa conversão entre a terra do trabalho para terra do negócio, pressupõe a exploração do trabalho assalariado, segundo Lima (2019) a busca incessante de reprodução ampliada do capital. Ela está em franca oposição à terra do trabalho, baseada no valor de uso e das trocas e no convívio com a natureza, acabando com a relação que existia com a comunidade, onde com essa ação elimina a relação entre o sujeito e terra.

Desde que os europeus adentraram em território brasileiro, de acordo com Prado Junior (2017), iniciou-se um processo de apropriação de espaço onde o intuito era garantir lucros vindos dos produtos extraídos das terras brasileiras, e posteriormente quando se intensificou o processo de colonização houve um aumento nessa produção contribuindo com o acúmulo do capital.

No período colonial segundo Moraes (2011), já se iniciava uma prática onde concentrava os indígenas em terras definidas pela coroa portuguesa. Que deu início também a um processo de separação, pois, os espaços que lhes eram concedidos eram mínimos em sua maioria, e não conseguiam manter todos os indígenas confinados numa mesma extensão de terra.

A separação das etnias indígenas foi um processo que ocorreu com a chegada dos portugueses, que após a colonização houve a expulsão e a escravização dos mesmos, muitos deles resistiram e fugiram para não serem mortos ou apreendidos Almeida e Silva (2009). O deslocamento dos indígenas era um recomeço, onde iniciavam a busca por um espaço para cultivarem sua agricultura e se reproduzirem culturalmente.

Uma realidade presente em muitas etnias indígenas do Brasil em especial no sertão do estado de Alagoas, que mantem um grande número de aldeias indígenas ainda vivendo em áreas não demarcadas.

Almeida e Silva (2009), afirma que muitos indígenas se deslocam, pois, não conseguem se reproduzir fisicamente e culturalmente no seu lugar de origem. A ausência primeiramente de uma demarcação acaba sendo um fator que impulsiona os mesmos a migrarem, pois, sem ter terra para produzir e garantir o sustento da família e toda aldeia,

se deslocam em busca de sobreviver. Já Mizusaki (2017, p.55) vai dizer que a “atuação do movimento indígena na atualidade não somente desnuda, mas escancara as contradições do capitalismo, que assenta suas bases nos pressupostos burgueses de liberdade, igualdade e fraternidade”.

Assim subtende-se, que na estruturação dos territórios existe uma relação de poder que controla e direciona a sociedade para lugares distintos, os mesmos são resultado da delimitação imposta e controlada pelo poder que é exercido pelo Estado e pelo capital, e além disso, é importante considerar que o território indígena é resistência às imposições do Estado e do capital.

Segundo Mizusaki (2017):

Ocupar um lugar no espaço pressupõe apropriação, o que nos remete ao conceito de território. A dinâmica do território envolve, então, complexas relações de (re)apropriação do território, disputas, tensionamentos, conflitos, perdas, transformações, produto e, ao mesmo tempo, processo da dinâmica sociedade-espaço-tempo (MIZUSAKI. 2017,p.42,43).

De acordo com Mizusaki (2017) quando falamos na forma de apropriação do território, refletimos sobre uma questão que está relacionada ao seu controle, pois, para o capitalismo se operar requer a apropriação do espaço. Ainda de acordo com Mizusaki (2017, p.43) “cabe situarmos histórica e geograficamente os padrões de conflitividade que se verificam nas relações entre indígenas e não indígenas”.

Segundo Saquet (2007):

O processo de produção do território é constituído pelo movimento histórico e por simultaneidades. Há um movimento constante que se materializa na vida cotidiana e no território, centrado na intersecção entre os tempos histórico e coexistente (multiescalar). No território há uma conjugação entre aspectos da economia, da política, da cultura e da natureza exterior ao homem

Saquet (2007) aborda a existência de elementos que integram e moldam o território, evidenciando a importância dos mesmos na característica de cada espaço desde os naturais ou aqueles construídos pelo homem. Ainda de acordo com Saquet (2007) na formação do território sempre existe a presença de atores com isso ele quer evidenciar as diversas características apresentadas por cada espaço no qual são constituídos os territórios.

E quando os mesmos são ocupados por diversas parcelas da sociedade, são construídas distintas formas de viver, se comunicar, de falar enfim cada território possui sua característica própria e quando é ocupado gera uma particularidade única em cada espaço.

De acordo com Gallois:

O espaço pode ser o ponto de partida para pensar o território, enquanto suporte físico que é territorializado: relações são estabelecidas, criando limites e canais de comunicação, proximidades e distâncias, interdições, fronteiras seletivamente permeáveis conforme a lógica territorial do grupo territorializa uma dada porção do espaço. (GALLOIS, 2004, p.41).

Com isso percebe-se que o espaço neste caso se torna o ponto de partida, para a compreensão sobre as diversas relações que o homem imprimiu sobre o lugar, provocando mudanças no mesmo e alterando a sua forma natural. E essas modificações influenciam não só no comportamento da sociedade, mas na estrutura geral que acaba direcionando a população para determinadas localidades.

Segundo Mizusaki (2017, p. 42), “entendemos que na análise da dinâmica do território, não somente os diferentes tempos sociais devam ser considerados, mas também, os diferentes tempos da natureza, pois, os seres humanos não são apenas seres sociais, mas naturais também”. Neste sentido para fazer uma análise sobre o território indígena, partimos do pressuposto das diferenças históricas que esse território possui em relação aos demais. Com isso poderemos discernir e entender as diferenças existente nos territórios, como também identificarmos os elementos que controlam e caracterizam o mesmo. Sendo importante analisar os diversos conceitos acerca do significado do que é o território e como se destingue uns dos outros.

Segundo Lira (2005),

O conceito de território indígena, é assim, ‘um espaço de sobrevivência e de reprodução histórica de um povo, onde se realiza a cultura, onde se criou o mundo, onde descansa os antepassados’. Inicialmente já temos a dimensão desse território e a compreensão de que o mesmo surge de uma relação cultural da sociedade que o habita ou já o habitou (LIRA, 2005, p.09).

Almeida e Silva (2009), diz que a etnogênese dos indígenas está ligada ao seu espaço de origem, porém, o processo de desterritorialização que ocorreu com deslocamento desses povos, no final dos aldeamentos em Brejo dos Padres no estado de Pernambuco, pode comprometer o processo de afirmação étnica.

Oliveira (1997), diz que o aldeamento que ocorreu em Brejo dos Padres constituiu-se, assim, como fruto da estratégia de desterritorialização e reterritorialização que levou ora à repartição, ora à concentração de diferentes grupos étnicos num mesmo espaço restrito.

Segundo Oliveira,

É por isso que o fato social que nos últimos vinte anos vem se impondo como característico do lado indígena do Nordeste é o chamado processo de etnogênese, abrangendo tanto a emergência de novas identidades como a reinvenção de etnias já reconhecidas (OLIVEIRA, 1997 p. 53).

Esse processo acontece em sua grande maioria porque muitos indígenas vão em busca do seu território de origem, ou seja, do lugar onde seus descendentes viveram, Almeida (2009), diz que o índio se constitui etnia na medida em que a terra é tomada como espaço de tradição e resistência; isto é, espaço de poder e identidade étnica.

Conforme Silva (2011),

Esse processo histórico de desapropriação das formas comunitárias de propriedade em benefício das formas capitalistas de produção acarreta o surgimento inevitável das relações de dominação e poder, características do processo histórico desigual do capitalismo. (SILVA, 2011, p.37).

Silva (2018) vai dizer que o conflito territorial que ocasionou na expropriação das terras indígenas ocorreu no início da colonização onde os indígenas tiveram seus territórios invadidos por grandes fazendas. Essa disputa desigual pelo território gerou um processo de escravização e posteriormente converteu o indígena em uma reserva de força de trabalhador para o capital.

Então, de acordo com Silva (2011), o capital interfere diretamente e indiretamente sobre a população indígena no sentido de que ele (o capital), não atende as necessidades desses povos. Não atendendo as necessidades, automaticamente, o capital torna os índios invisíveis diante da sociedade.

Segundo Martins,

O capital só pode crescer, só pode se reproduzir, à custa do trabalho, porque só o trabalho é capaz de criar riqueza. Por isso, uma lei básica do capital é a de subjugar o trabalho. Não há capitalismo sem a subjugação do trabalho. Assim, na medida em que o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista, mediante o salário aparecerão necessariamente como os frutos do capital que o comprou, como propriedade do capitalista (MARTINS, 1980, p.54).

De acordo com Martins (1980), o capitalismo é um dos principais fatores que condicionam a expropriação da terra, onde o trabalhador perde a sua propriedade e passa a trabalhar para garantir a sua subsistência.

Quando o capitalismo se apropria da terra, segundo Martins (2008), e o indígena é expulso ocorre um rompimento dos mesmos com a terra, esse é um dos problemas gerados quando o território indígena é expropriado. Quando as terras onde vivem os indígenas são pequenas demais para a sua produção, o capitalismo se vale dessa condição para explorar sua força de trabalho. Daí a migração indígena ser fundamental para o capitalismo.

Segundo Almeida e Silva (2009),

[...] A luta pela sobrevivência se dá no processo de luta pela terra e a transformação desses índios em trabalhadores rurais. Sem a terra, o índio é

obrigado a se proletarizar, passando a trabalhar nas fazendas ou nas usinas de açúcar (ALMEIDA e SILVA, 2009,p.33).

Conforme apresentado no parágrafo anterior, podemos perceber nesta perspectiva o problema que leva muitos indígenas a se deslocarem estar relacionado à propriedade da terra ou a não demarcação do território, visto que o capitalismo se apropria da terra impede o indígena de desenvolver sua cultura.

Para isto estabelece dimensões territoriais mínimas onde os mesmos não conseguem manter sua subsistência, pois a mesma está ligada de forma direta com a relação que existe com a terra, sendo esta fundamental para praticar seus rituais como também desenvolver sua agricultura.

Segundo Mizusaki (2017),

Nessa trama de relações e, partindo do pressuposto de que a dinâmica do território pressupõe relações de poder, cabe situarmos histórica e geograficamente os padrões de conflitividade que se verificam nas relações entre indígenas e não indígenas (MIZUSAKI, 2017, p.43).

Portanto, o sistema capitalista segundo Mizusaki (2017), transforma a sociedade, onde o dinheiro passa a controlar a vida das pessoas, pois o mesmo é essencial para manter sua subsistência desde a alimentação, moradia, lazer, entre outros e para receber o salário é necessário vender a força de trabalho. Neste caso, quando o índio fica sem a terra, ou quando essa terra é insuficiente para criar uma autonomia econômica, ele é obrigado a migrar buscando a zona rural, os centros urbanos e outros.

4. OS KALANKÓ E OS DESAFIOS DA LUTA PELO TERRITÓRIO

A análise dos povos indígenas não pode ficar sendo uma investigação romântica, sem levar em consideração que esses povos foram despojados da sua ligação com a terra enquanto território. Em decorrência desse processo de expropriação muitos acabaram se desvinculando da comunidade original se tornando um trabalhador da cidade, que só demonstra o grau de expropriação dos latifúndios cometido ao longo do século.

Segundo Arruti,

São assim mecanismos de expropriação: A) as terras arrendadas no interior dos aldeamentos cujos foros deixam de ser pagos ao mesmo tempo em que suas extensões se expandem; B) a reivindicação, por párocos, das terras doadas à Santa como pertencentes à Igreja e por isso devendo estar sob sua administração; C) as transferências para outros locais com suas áreas

reduzidas; ou simplesmente D) o massacre e a expulsão (ARRUTI, 1996, p.27).

Compreendendo um pouco mais sobre a afirmação apresentada por Oliveira (1997), a expropriação sofrida no território indígena contribuiu para uma mudança de hábitos no que diz respeito a questão de trabalho. Nesse sentido, é relevante compreender que o fato de o capital intervir sobre os povos indígenas impulsionou a forma de eles viverem, isto é, eles partiram para trabalhos assalariados. Em outras palavras, esse processo resultou em uma aculturação, a qual foi sofrida pelos indígenas.

De acordo com Almeida e Silva (2009, p.33), “a etnia, tradição e terra constituem a trajetória de vida da comunidade indígena”, portanto esses três elementos constituem a formação da identidade indígena, onde a relação de parentesco é fundamental para esses povos manterem uma ligação com os seus ancestrais. Assim, subentende-se que a etnia dos indígenas constitui a relação que os mesmos com o passado que serve de experiência no desenvolvimento dos seus costumes com a comunidade.

A terra é entendida de acordo com Almeida e Silva (2009) como o meio de produção e reprodução humana, ou seja, ela é resultado do trabalho e produz um valor de uso necessário a sua subsistência dos povos tradicionais. Portanto, a ausência da demarcação do território indígena resulta no deslocamento dos mesmos, pois sem terem terra para desenvolver sua agricultura e sustentar suas famílias, migram em busca de trabalho, para isso, são obrigados a deixar a aldeia abandonando também seus costumes.

Podemos dizer que o território indígena é toda essa complexidade que compreende os rituais a cultura e outros. Para os indígenas a terra é fundamental para a sua subsistência, mas tem um problema que ela é também o drama da vida deles, ao mesmo tempo ela fundamenta e organiza a vida do aldeamento. O drama que a terra representa uma ameaça para os indígenas, está dentro de um contexto onde não podemos ignorar. Este se refere ao capitalismo que subordina e não permite que esse índio mesmo tendo terra não tenha autonomia necessária para sobreviver dignamente.

Segundo Amaro Silva (2011)

É necessário frisar que nesse processo de desapropriação, a terra sempre foi elemento central da disputa entre índios e brancos. É justamente esse o drama de quando a história branca se encontra com a história indígena; pois se, por um lado, a terra tem um sentido integrador para a vida do índio (integrando indivíduo à comunidade); por outro, ela passa a ser, necessariamente, mercadoria nas mãos do branco (AMARO SILVA, 2011, p.09).

Almeida e Silva (2009) vai dizer que esse processo de desapropriação das terras indígenas promovido pelo capitalismo, irá suscitar na transformação do indígena em uma

reserva de mão-de-obra. Pois sem ter a terra para manter sua subsistência de acordo com Almeida e Silva (2009, p.39) “o indígena é obrigado a transformar sua força de trabalho em mercadoria”.

Segundo Martins (1980),

A situação das terras indígenas pode ser definida, de modo geral, como situação que envolve três características: terras *ameaçadas* de invasão pelos brancos, sobretudo grandes fazendas e empresas; terras *griladas*, cuja posse pelo não-índio ainda depende da regularização; e terras *expropriadas*, cuja posse e domínio já estão legalmente nas mãos de brancos. Tais situações foram apontadas em várias manifestações da assembleia e dos grupos. Convém notar que tais características, não constituem, na verdade, alternativas entre si (MARTINS, 1980, p.153).

Com a homologação da Constituição Federal de 1988, houve menção a reserva de terras e menção a políticas educacionais de saúde que respeitasse a condição. De acordo com a Constituição Federal de 1988 (Art. 231), “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Visto que antes da Constituição Federal de 1988, o indígena era considerado um povo em extinção, somente com a constituição que vigora, os indígenas passam a ser considerados como sujeitos que precisam ser respeitados e cuja existência só pode ser materializada através de uma coexistência com o restante da sociedade nacional.

Segundo Almeida e Silva (2009), os Kalankó são exemplo dessa resistência no sertão alagoano, a etnia pertence a raiz do tronco Pankararú por esse motivo são consideradas uma aldeia só. As aldeias do povo Kalankó estão localizadas nos municípios de Água Branca/AL e Mata Grande/AL. A etnia é composta por 108 famílias que vivem nas aldeias de da Januária, Santa Cruz do Deserto, Gregório e Lajeiro do Couro.

De acordo com Almeida (2011.p.34) “a imagem do tronco Pankararú é emblemática para compreender as raízes e alianças indígenas do Sertão alagoano”. A mudança de nome foi uma estratégia da unidade étnica dos kalankó e dos Pankararú, que ao ocupar um novo espaço e ser reconhecido pelo estado foi preciso criar um etnônimo, que denominasse o Kalankó como a terra dos mais novos descendentes da rama do tronco familiar. Onde a comprovação do parentesco foi fundamental para o reconhecimento da etnia por parte do estado.

Segundo Arruti,

Os troncos estão assim, no plano mais geral a que a noção de descendência pode fazer referência, não indicando regras de filiação direta, mas a participação num grupo amplo, marcado por uma origem que remete não a um personagem específico, um ancestral fundador, mas a um outro grupo situado num momento historicamente determinado: a situação de violência, desagregação e mistura provocada pela implantação das “linhas.” A distinção entre troncos não está referida a regras estruturais de um sistema de parentesco, mas à classificação de famílias segundo um status definido pelo grau de pureza e mistura, ou, para usarmos uma fórmula local, pela antiguidade indígena do tronco (ARRUTI, 1996, p.94).

As aldeias dos Kalankó estão localizadas em uma área que ainda não foi demarcada. De acordo com o cacique “em 2008 houve uma retomada por parte dos Kalankó, e este foi o recomeço de uma luta que vem resistindo há muito tempo e para conseguirem êxito precisam estar reunidos para juntos se tornarem mais fortes podendo mobilizar órgãos como a FUNAI³ para retomar o processo de demarcação das terras”.⁴

Segundo Almeida e Silva (2009),

Decepcionados e cansados de esperar pelas promessas governamentais, resolveram sair de suas residências às 23 horas do dia 12 de junho de 2008, carregando crianças, animais, vasilhas e alimentação, e, ao amanhecer do dia, pisaram a terra onde seus antepassados plantavam, casavam e faziam roças. Depois de 10 anos de espera, resolveram entrar na terra para garantir seus direitos constitucionais evitando que os fazendeiros desmatassem mais para a expansão da pecuária (ALMEIDA e SILVA, 2009, p.54).

Este dia foi muito importante para o povo Kalankó pois de acordo com Almeida e Silva (2009, p.50) “viveram por cerca de dois séculos no anonimato”. Esta retomada deu início a uma nova fase na vida do povo Kalankó, visto que a partir deste momento poderão assumir seus costumes, danças, praticas religiosas, ou seja, reafirmar sua identidade.

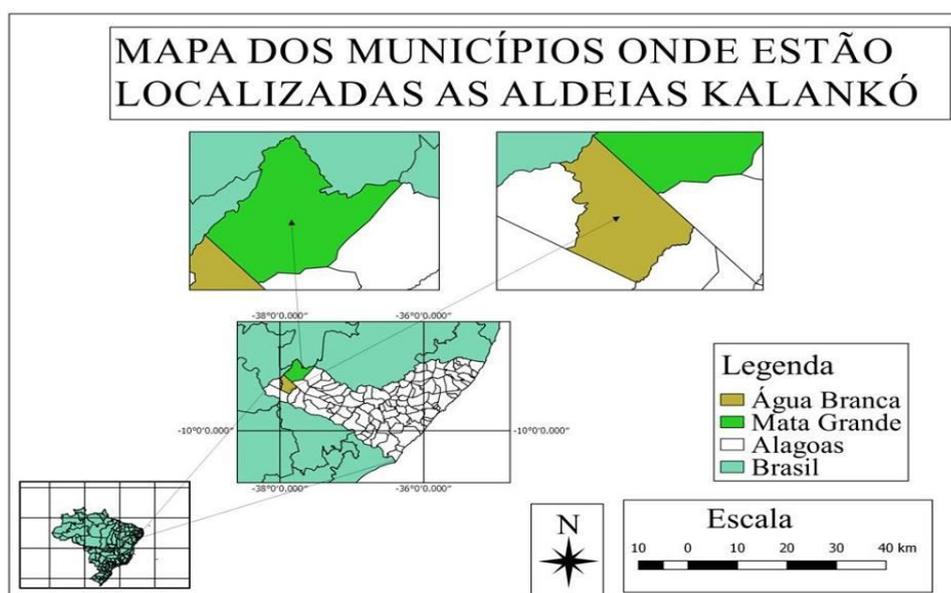
³ FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO.

⁴ Argumento apresentado pelo Cacique Paulo durante a entrevista no dia 06 de junho de 2019.

4.1 OS DESAFIOS PARA A CONQUISTA DO TERRITÓRIO KALANKÓ

No dia 6 de junho de 2019, houve uma visita aos indígenas Kalankó, onde os mesmos estão localizados nos municípios de Água Branca e Mata Grande acerca de 310 km da capital. O objetivo da pesquisa era estabelecer um diálogo com os indígenas para conhecer sua história desde a chegada aos municípios citados, uma vez que analisar sua origem e a importância do seu território são partes fundamentais desta pesquisa.

Figura 01: Mapa dos municípios onde estão localizadas as aldeias Kalankó.



Autora: Maria Aparecida Gonzaga Ribeiro, jun. 2019.

Para conhecer os desafios para a conquista do território Kalankó, foi realizada uma pesquisa nas aldeias de Januária e Lajeiro do Couro, onde foram aplicados questionários a 15 indígenas que responderam as 11 perguntas relacionadas sobre a importância do território para os mesmos, as dificuldades encontradas no cotidiano da aldeia e outros. Enfim foram feitas uma série de perguntas para conhecer a organização da aldeia desde o espaço físico até a fonte de renda da comunidade.

Figura 02: Cacique do povo Kalankó.



Autora: Maria Aparecida Gonzaga Ribeiro, jun. 2019.

Foi questionada, na entrevista, a importância do território para o povo Kalankó então foi compreendido que a conquista do mesmo é um sonho que vai diminuir as dificuldades enfrentadas no cotidiano, em relação à prática com a agricultura, criação de animais e outros. A falta de espaço suficiente para o plantio os obriga a plantar de meia, ou seja, plantar na propriedade de outras pessoas e dividir tudo o que foi colhido.

Além disso, foi possível perceber que o território é a base para ter saúde, educação específica para os indígenas. Além de preservar a terra a história dos antepassados e assim ter um futuro melhor para as gerações futuras. A garantia do sustento de todos os integrantes da aldeia também foi mencionada durante a pesquisa, como fundamentais, por isso ter a terra para trabalhar e manter as famílias na aldeia e assim cultivar seus alimentos. A garantia da identidade dos Kalankó está diretamente ligada com a terra assim é fundamental ter um território demarcado para manter vivos seus costumes e sua cultura (ALMEIDA e SILVA,2009).

Outra questão diz respeito às dificuldades enfrentadas nas aldeias dos indígenas entrevistadas. Nesse sentido, os entrevistados afirmaram que não há terra disponível para todos, e desta forma, impossibilitando o cultivo da agricultura, incluindo também, as plantas nativas que servem para fazer remédio e curar doenças.

A ausência de terra para o cultivo contribui para o aumento de desemprego visto que a maioria dos indígenas tem sua renda voltada para a agricultura. O espaço físico para os indígenas construírem suas casas também é comprometido impedindo o crescimento da comunidade.

Outro fator que nos remete a essas dificuldades sofridas pelo povo indígena, diz respeito a questão da água, pois, nem todos da comunidade têm acesso à água encanada em suas residências. O armazenamento é feito em cisternas que estão presentes na comunidade, as mesmas são de placa, além dos barreiros para dessedentação animal.

Adiante, os entrevistados apresentaram a rede de esgoto como outro problema na aldeia. E nesse sentido, apenas a fossa séptica (a qual eles têm acesso), não é o suficiente, uma vez que a proliferação de moscas, mosquitos e conseqüentemente doenças como diarreia dengue fazem parte da vida indígena.

De acordo com SEPLA⁵G (2007), os índios estavam adoecendo com mais frequência, e muitas dessas doenças se proliferam por conta das péssimas condições de moradia e o saneamento que não existe na aldeia. Para manter a saúde dos índios da aldeia Kalankó era necessário recorrer aos recursos utilizados pela sociedade não índia, pois, as ervas que antes garantia a produção de medicamentos se tornou escassa, por conta do desmatamento e a proximidade com o perímetro urbano.

O deslocamento da comunidade indígena para trabalhar fora da aldeia também foi mencionado. Como já apresentado anteriormente, a falta de terra para plantar gera involuntariamente a necessidade de procurar emprego em outros lugares, para que dessa forma, o trabalho gerado pela migração em outros espaços, venha a suprir a subsistência familiar.

Segundo Arruti,

A partir da década de 1940 foi estabelecido um fluxo de homens que saíam da área indígena temporariamente, para trabalhar curtos períodos, sem se integrarem permanentemente à cidade, como forma de reequilibrarem o orçamento doméstico em ano de seca ou em situações emergências, voltando sempre que as necessidades imediatas já tivessem sido cobertas, ou quando se anunciasse um bom inverno (ARRUTI, 1996. P. 166).

⁵ Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio.

Segundo Martins (1980), as oportunidades de emprego para esses trabalhadores são sazonais, ou seja, em determinado período do ano mais precisamente durante a seca. E esta condição que os povos tradicionais enfrentam nos períodos de estiagem, contribui para a saída dos mesmos para outras localidades.

A distância da comunidade para o meio urbano também dificulta a vida dos Kalankó. Pois, em necessidade de comprar de medicamentos, alimentos, ir ao banco entre outras ações é necessário o transporte, onde este, nem sempre é disponível para deslocamento do povo indígena.

Outro fator apresentado pelos entrevistados, diz respeito a questão do preconceito, violência verbal/física que esses povos tradicionais sofrem. Os indígenas envolvidos na pesquisa apontaram diversas situações onde as mesmas serão apresentadas de uma forma breve a seguir.

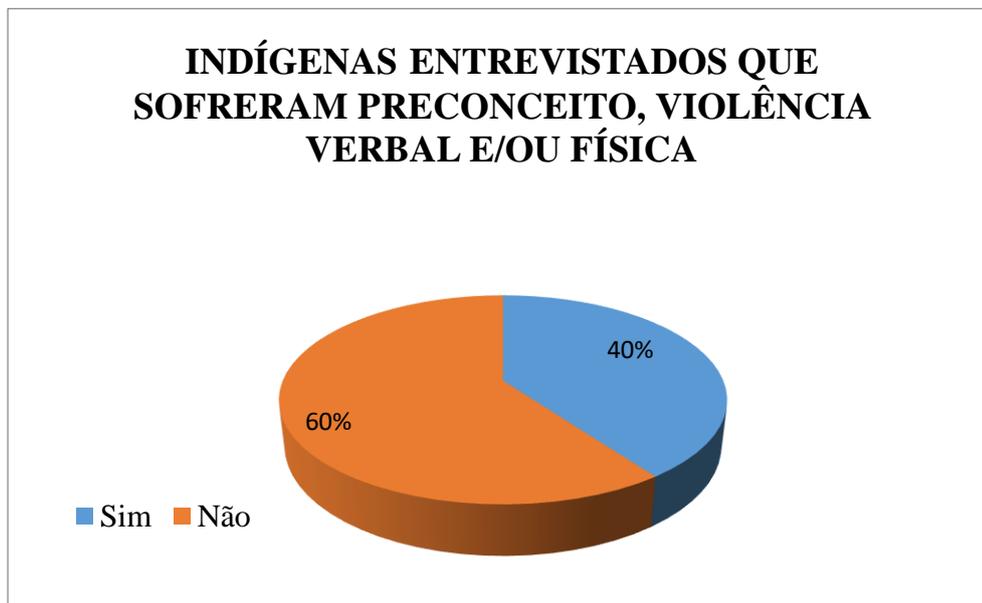
Uma dificuldade enfrentada compreende a aparência que o povo kalankó possui, onde as pessoas não índias alegam que os mesmos não possuem cabelos lisos, não andam nus e se alimentam da mesma forma que os brancos. A aparência Kalankó é muito questionada pela comunidade não indígena sendo esse um dos motivos que mais entristece os indígenas que têm que provar sua origem.

Outra dificuldade que se manifestou diz respeito aos preconceitos relatados pelos Kalankó, onde foi dito que o indígena legítimo é aquele do Amazonas. Porém, também foi dito que os Kalankó falam a mesma língua que os brancos e isso é um motivo para alegarem a originalidade da raça.

Além disso, o povo Kalankó sofre preconceitos nas escolas. E contribuindo para essa ideologia, os entrevistados afirmaram que o povo branco não aceita que eles utilizem aparelhos tecnológicos como celular, notebook, tv entre outros.

O gráfico 01 apresenta um percentual dos indígenas entrevistados que sofreram preconceito, violência verbal e/ou física. Como pode ser visto, 40% dos indígenas responderam que já sofreram algum tipo de preconceito os outros 60% dos entrevistados responderam que nunca sofreram preconceito esses por sua vez a maioria.

Gráfico 01: Indígenas entrevistados que sofreram preconceito, violência verbal e/ou física.

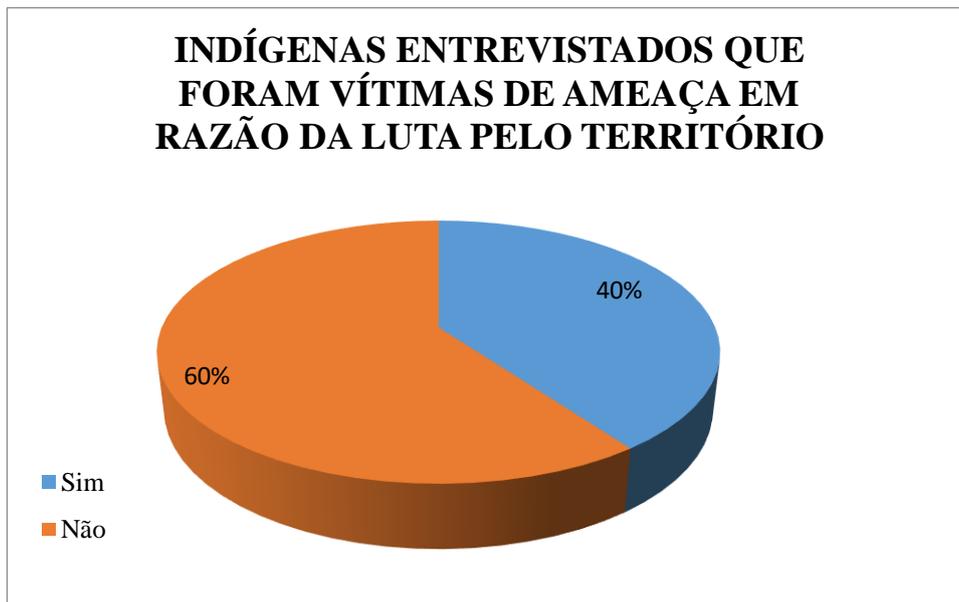


Autora: Maria Aparecida Gonzaga Ribeiro, jun. 2019.

Dialogando com as informações acima, temos a figura 3 como suporte e compreensão em dados sobre as dificuldades sofridas pelo povo kalankó entrevistado. Esses dados apresentam a questão do preconceito, violência verbal e/ou física sofridas pelos indígenas.

O gráfico 02 revela que 40% dos indígenas entrevistados já foram vítimas de ameaça em razão da luta pelo território, já os 60% responderam que não sofreram nenhum tipo de ameaça totalizando na maioria dos indígenas.

Gráfico 02: Indígenas entrevistados que foram vítimas de ameaça em razão da luta pelo território.



Autora: Maria Aparecida Gonzaga Ribeiro, jun. 2019.

E dessa forma, torna-se evidente, de acordo com os dados obtidos no gráfico 02 que 40% dos entrevistados em algum momento sofreram ameaças por conta da luta pelo território que após uma retomada segundo Almeida e Silva (2009) feita pelos Kalankó em 12 de junho de 2008, muitas lideranças passaram a sofrer ameaças de morte.

O avanço sobre as terras dos Kalankó, também ocorreu por parte um representante político da cidade de Água Branca o mesmo é acusado pelos indígenas de usurpar parte das terras do território pleiteado pelos Kalankó, por meio da compra. Vale registrar que em “2011 os posseiros também ameaçaram expulsar os indígenas de suas terras”.⁶

Diante do que foi exposto anteriormente, é notório que o território indígena enfrenta uma série de problemas que vão desde a demarcação de suas terras até as condições de habitação nas aldeias. Mas também é observado o afastamento que existe entre os povos indígenas, que segundo o indígena a “distância que separa suas aldeias acabaram se distanciando, e isso é muito triste e acaba enfraquecendo a luta pelos seus direitos e demarcação de suas terras.”⁷

Para reunir os indígenas de várias aldeias e celebrarem seus rituais, foram criados os jogos indígenas que tem como objetivo enaltecer seus costumes e tradições como também aproximar as aldeias distintas, visto que isso é fundamental para contribuir com

⁶ Relato do indígena entrevistado, no município de Água Branca – AL, no dia 06 de junho de 2019.

⁷ Relato de um dos entrevistados no dia 06 de junho de 2019.

a luta pela melhoria de seus direitos, regulamentação e demarcação de suas terras, segundo o SEPLAG (2017, p.23) “[...] A realização dos jogos indígenas está inserida no contexto de resistência desses povos ao passo gera uma integração entre as culturas e propagam a diversidade cultural mantendo suas tradições..[...]”.

Figura 03 : Indígenas dançando o Toré na Aldeia Januária, município de Água Branca-AL, 2019.



Autora: Maria Aparecida Gonzaga Ribeiro, out. 2017.

Na figura 04 consta o polo base de Saúde Indígena. De acordo com informações do cacique o Polo Base é um sonho de toda a comunidade. A unidade foi construída pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), e funciona como unidade básica de saúde, onde os indígenas realizam consultas com o clínico geral, fazem tratamento odontológico, vacinação e outros. O Polo Base além de ofertar os serviços de saúde a toda comunidade, também serve de sede administrativa para organização de eventos e desenvolvimento dos costumes como danças, reuniões e outros.

Figura 04: Polo Base Kalankó, 2019.

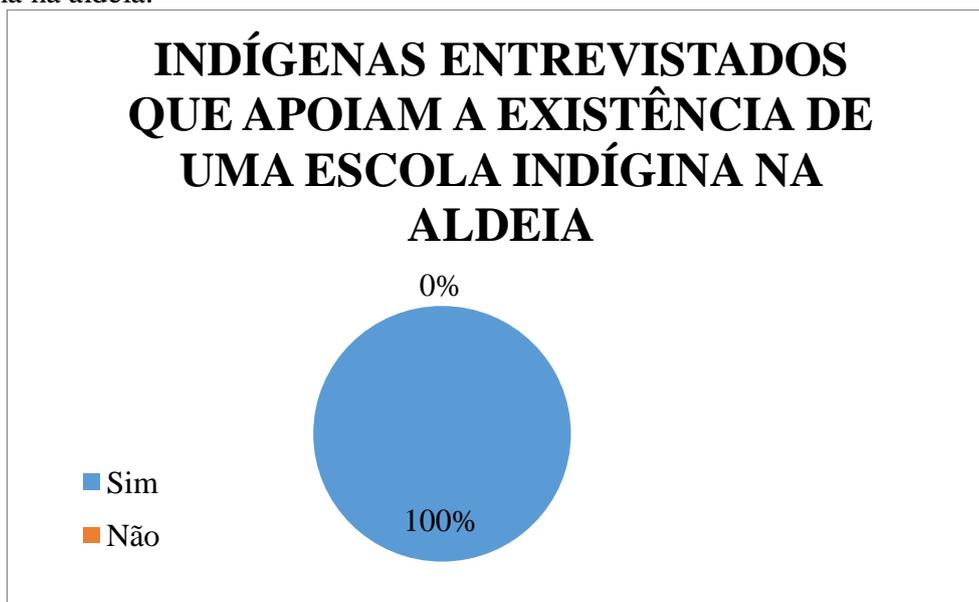


Autora: Maria Aparecida Gonzaga Ribeiro, jun, 2019.

O Polo Base segundo o Cacique entrevistado, além da aldeia Januária contempla mais duas aldeias chegando a um total de 300 indígenas. Todos os entrevistados consideram o Polo Base como uma conquista para o povo Kalankó.

O gráfico 03 indica que 100% dos entrevistados almejam a existência de uma escola indígena na aldeia que segundo um dos indígenas entrevistados “a escola indígena irá fortalecer o conhecimento sobre os costumes e sua identidade étnica”.⁸

Gráfico 03: Indígenas entrevistados que apoiam a existência de uma escola indígena na aldeia.



Autora: Maria Aparecida Gonzaga Ribeiro, jun. 2019.

⁸ Entrevista concedida no mês de Junho de 2019

Um dos relatos chamou atenção uma vez que o entrevistado disse que a importância de se ter uma escola está direcionada ao fato de ter um ensino diferenciado. E ainda ele diz que a escola pode erguer “nossa cultura e os costumes do nosso povo, mostrando a nossa verdadeira história, em que o Brasil foi invadido e não descoberto, trazendo um conhecimento a mais pela luta de nossos direitos”.⁹

Segundo a LDB:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias. (LEI DE DIRETIZES E BASES, 2010, p.49).

A presença da escola na aldeia indígena composta por professores índios é uma forma de dar continuidade nos ensinamentos sobre a cultura indígena deixada pelos seus antepassados. A presença de professores indígenas nestas escolas é indicada, pois, os mesmos possuem um conhecimento sobre a vida indígena que foi herdado de seus antepassados.

Segundo Marfan (2002) além de um território demarcado, esses indígenas necessitavam também se comunicar e para isso era preciso a criação de escolas com professores da própria comunidade indígena.

Segundo Marfan,

Um dos objetivos da formação de professores é que estes se tornem multiplicadores de conhecimentos que fortaleçam a participação dos povos indígenas na sociedade brasileira como cidadãos, com melhores condições de gerir e defender seu território, seus interesses e direitos, venda e aquisição de bens, uso adequado e conservação dos recursos naturais, busca de alternativas econômicas auto-sustentáveis e melhoria da qualidade de vida (MARFAN, 2002, p.168).

A presença da escola na aldeia indígena composta por professores índios é uma forma de dar continuidade nos ensinamentos sobre a cultura indígena deixada pelos seus antepassados. É essencial a presença de professores indígenas nestas escolas, pois, os mesmos são indicados por conta da sua experiência e por terem herdado de seus antepassados conhecimentos sobre a vida indígena.

⁹ Texto obtido através do relato de um dos entrevistados.

Segundo a Lei de diretrizes e bases (2017),

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias (LDB, 2017, p.49).

A implantação de uma escola na aldeia indígena requer um planejamento mais profundo sobre a forma de organização desde os currículos até a carga horária das aulas, ou seja, para a construção de uma escola indígena tem que haver uma mudança em toda a estrutura educacional. Pois se não houver as mudanças necessárias na implantação da mesma, não existirá um diferencial entre as demais escolas visto que as mesmas passarão a reproduzir conteúdos trabalhados nas escolas da sociedade branca.

Segundo Menezes:

A favor da educação indígena, poder-se-ia reivindicar que, atualmente, as propostas e os projetos de ensino são mais elaborados e em sintonia com as distintas realidades culturais dos povos indígenas. Contudo, sua implementação conta ainda com muitas falhas e, via de regra, distancia-se largamente desses mesmos projetos e propostas (MENEZES. 2005, p.127).

Menezes (2005), fala sobre uma situação preocupante, relacionada às falhas em torno da educação indígena, onde existe um distanciamento entre a realidade e a prática. Portanto, todo o processo de ensino aprendizagem é consolidado com êxito quando existe uma mudança de comportamento que está relacionado com a prática, pois, todo o conhecimento adquirido será reproduzido no cotidiano indígena.

E pensando nessa aprendizagem do indígena, podemos perceber a importância de ter uma escola na aldeia com professores indígenas que possam transmitir seu conhecimento sobre suas origens. Além de incentivar os mesmos a se dedicarem a profissão de professor para futuramente darem continuidade nesse processo de transmissão de conhecimento que é essencial para todos os povos tradicionais nunca esquecerem suas origens e continuar sempre resistindo e lutando pelos seus direitos em relação ao território demarcado.

E foi com esse objetivo que o Programa de Licenciatura Intercultural Indígena de Alagoas (PROLID/AL), foi criado para dar continuidade na formação dos professores das aldeias indígenas de Alagoas, pois, ter o nível superior ainda é um obstáculo a ser superado nos aldeamentos.

Segundo a SEPLAG:

O PROLID/AL foi estabelecido dentro desse contexto precário com o intuito de minimizar esses problemas, através da oferta de cursos de licenciatura em quatro áreas: i) ciências biológicas; ii) história; iii) letras e iv) pedagogia. A proposta foi direcionada pelo desafio de uma formação em perspectiva intercultural e de compreensão das singularidades dos povos indígenas. (SEPLAG, 2017, p.14).

A criação desse programa é um avanço no processo de formação do professor, e para dar continuidade no mesmo é necessário priorizar a taxa de analfabetismo presente nos aldeamentos que é um sério problema a ser enfrentado. Vale ressaltar que somente a criação do PROLID/AL não é suficiente para solucionar tal problema. Portanto, é perceptível uma contribuição por parte do estado para ter êxito nessas ações que poderão ser desenvolvidas nas escolas das aldeias indígenas.

De acordo com o SEPLAG:

A união e os Estados têm o dever de prover uma educação específica e diferenciada aos índios, o que inclui práticas tradicionais desses povos, calendários e materiais escolares adaptados às atividades nessas escolas, como prevê a constituição de 1988. (SEPLAG, 2017, p.09).

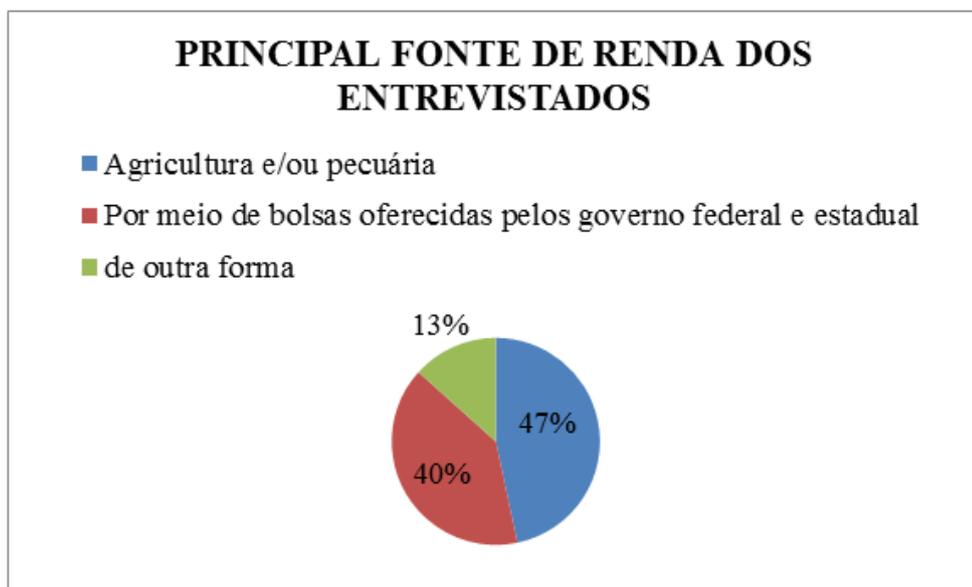
Além do problema da ausência de educação escolar nos aldeamentos indígenas, existem outros problemas que precisam ser priorizados pelo Estado onde podemos citar a renda, o abastecimento de água e de energia, o sistema de esgoto entre outros. A renda da maioria das famílias indígenas das aldeias entrevistadas vem da agricultura e do Bolsa Família que é um programa do governo federal, mas de acordo com relatos de alguns indígenas nem todas as famílias são contempladas o que acaba contribuindo com o deslocamento de indígenas para trabalharem na cidade e até mesmo em outras regiões.

Segundo Lima, Silva e Feitosa,

O capital não concebe a mobilidade espacial do trabalho como um mero deslocamento de indivíduos dotados de sonhos, apreensões e dúvidas, senão como um movimento de massas de capital variável, passíveis de exploração. Um movimento espacial de redundantes assaz disponíveis a submeterem-se à lógica do processo de valorização do valor (LIMA; SILVA; FEITOSA, 2018 p. 1106).

O gráfico 04 apresenta os principais meios de subsistência apresentados pelos indígenas entrevistados. Onde 47% se mantêm através da agricultura e/ou pecuária. 40%, sobrevivem por meio de bolsas oferecidas pelos governos federal e estadual e 13% de outras formas.

Gráfico 04: Principal fonte de renda dos indígenas entrevistados, 2019.



Autora: Maria Aparecida Gonzaga Ribeiro, jun. 2019.

A principal fonte de renda da maioria das famílias (gráfico 04) das aldeias vem de bolsas oferecidas pelo governo federal e estadual; uma outra parte da agricultura.

Os que não conseguem sobreviver por meio da agricultura se deslocam para lugares distantes das aldeias. Alguns vão à Pernambuco trabalhar na agricultura de irrigação e nas agrovilas. Outros migram para outros estados, tais como: São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo para trabalhar em construção civil; para o Sul e Zona da Mata trabalhar no corte de cana; Petrolândia, para trabalhar na roça, enquanto isso, outros viajam à Paulo Afonso, salientando ainda que as mulheres trabalham como domésticas em casas de família.

A seca que afeta a região também foi apontada pelos indígenas das aldeias como um dos motivos para a escassez de alimentos, lembrando que a maioria dos indígenas da aldeia Kalankó plantam em terrenos de pequenos produtores, e tudo que é colhido é dividido entre os mesmos. Assim em caso de perda da safra os indígenas daquela comunidade além do prejuízo financeiro feito com a aquisição das sementes, terão que comprar alimentos na cidade e quando não conseguem sobreviver do que produzem são obrigados a trabalharem fora da aldeia.

Segundo o relato do indígena entrevistado, houve uma diminuição dessa mobilidade para o corte de cana, porém, os índios estão se direcionando para outras localidades onde trabalham na colheita do café, laranja e do algodão. A diminuição do deslocamento para os canaviais ocorreu por conta do salário e das péssimas condições de trabalho. E de acordo com informações do indígena da aldeia “um primo que trabalhou no corte de cana, ficou doente devido ao trabalho árduo e as condições precárias que enfrentava diariamente”¹⁰.

A saída dos indígenas para o trabalho distante da aldeia prejudica a luta pelo território, pois é pertinente estarem todos juntos. Dessa forma podem unir forças em um sentido organizado contribuindo para o não enfraquecimento pela luta do território. Vale ressaltar que um dos entrevistados disse que eles estão “sem proteção e sem poder avançar em conquistas por melhoria na aldeia. Quanto mais indígenas reunidos mais força para lutar”¹¹.

Muitos indígenas Kalankó saem de sua aldeia e vão trabalhar em fazendas, de pedreiro, no corte de cana, colheita de laranja, ou seja, se tornam um trabalhador e para conseguirem manter suas famílias vedem sua força de trabalho. Com isso acabam perdendo o vínculo territorial o mesmo tem uma tradição que é passada de geração em geração e tudo isso irá formar sua cultura e fortalecer a sua etnia.

Para os indígenas que permanecem nas aldeias o que lhes resta é resistir e lutar por melhorias para sua etnia, e para garantir a preservação de seus costumes é importante a criação de uma escola indígena, pois as crianças que estudam na cidade com os outros alunos da sociedade, acabam absorvendo outros costumes e com isso vão deixando de exercer os seus.

Portanto, a saída de indígenas para o trabalho prejudica a luta pelo território em dois sentidos. Primeiro o fracasso da comunidade que perde a cultura e os costumes nativos. Segunda consequência que pode acontecer com esse distanciamento é o esquecimento de sua origem étnica, visto que não praticar os costumes enfraquece a luta pelo território.

Diante do que foi exposto, nesse capítulo, é notório que o território indígena enfrenta uma série de problemas que já atravessaram séculos e muitos deles permanecem vivos até os dias atuais. A luta pela conquista do território é um problema muito antigo desde que os indígenas foram expulsos de suas terras, e muitos deles até mortos durante

¹⁰ Relato apresentado por um dos entrevistados.

¹¹ Relato apresentado por um dos entrevistados.

as perseguições comandadas pelos portugueses que extinguiu muitas etnias. E aqueles indígenas que sobreviveram a esse massacre se refugiaram para outros lugares em busca de um recomeço.

Mas para conseguir ter um território para praticar seus rituais, mantendo viva a sua cultura, é preciso enfrentar os problemas que existem nas aldeias que vão desde a demarcação de suas terras até as condições de habitação das mesmas. Portanto, os indígenas Kalankó devem reunir forças e permanecerem juntos se tornando mais fortes para conseguir alcançar os objetivos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que o processo de invasão e colonização do Brasil realizou-se com base no crescimento econômico dos portugueses. E para a consolidação desse processo expropriaram e assassinaram os indígenas que viviam no seu território de origem. Portanto, foi um processo plurissecular que usurpou das terras indígenas, e causou uma dispersão de muitas etnias que para sobreviverem ao massacre ocorrido tiveram que fugir e se reterritorializar em outro lugar.

A apropriação do território indígena pelo capital e a monopolização de suas terras no Brasil é um processo que expulsa muitos povos tradicionais do seu espaço e isso ocasiona a desterritorialização que acontece desde o tempo que o país foi invadido e colonizado pelos portugueses.

E essa desterritorialização e reterritorialização em outro lugar, é mediada por uma luta pela demarcação e reconhecimento do seu território, pois, os indígenas só se apropriam de um lugar que pertencia aos seus antepassados e isso é algo que só os indígenas pode explicar, pois, vai além do que podemos imaginar. É uma ligação com a natureza e tudo o que a constitui desde o soprar dos ventos até o canto dos pássaros e tudo isso influencia em seu processo de reterritorialização.

O estudo sobre o território indígena proporcionou compreensões distintas acerca do uso da terra tanto pelos povos tradicionais quanto pelo capital. A importância que a terra tem para os indígenas está relacionada a sua reprodução e sobrevivência, já para o capital possui apenas um significado lucratividade.

A respeito dos indígenas Kalankó e de todos os povos tradicionais, que lutam pela demarcação de seu território foi possível perceber que os mesmos não têm nenhuma ajuda por parte do Estado. Que no lugar de contribuir com o processo de demarcação, facilita a

aquisição dessas terras para empresários, latifundiários através da compra. E assim por meio do apoio daquele os indígenas são desterritorializados de suas terras.

O despovoamento que ocorre por conta da mobilidade, prejudica toda o povo, pois quando os índios se deslocam deixam para trás seus rituais e enfraquece a luta, pois a liderança só acontece com o povo e sem os mesmos é impossível seguir lutando pela demarcação. E esse fato enfraquece a comunidade indígena, a qual permanece exposta às ameaças dos posseiros que não permitem que os índios avancem e demarquem suas terras.

A luta pela conquista do território pelos indígenas Kalankó é um avanço para esses sujeitos, pois viveram por muito tempo no anonimato por medo de perseguições ou de qualquer tipo de ameaças vindo da sociedade não indígena.

E esse ocultamento em que os indígenas viviam acabou contribuindo para o esquecimento dos mesmos, muitos usam o termo que esses povos ressurgiram, mas, na verdade eles resistiram e continuam lutando pelo seu reconhecimento étnico e demarcação do território até os dias atuais.

A pesquisa procurou discutir sobre o processo de desterritorialização dos indígenas Kalankó desde o deslocamento que ocorreu em Brejo dos Padres em Pernambuco, com o fim do aldeamento até a sua reterritorialização nos municípios de Água Branca e Mata Grande/AL.

Portanto, fazer um estudo sobre o território indígena foi uma oportunidade de conhecer a história sobre a formação territorial do nosso país, na qual os indígenas foram vítimas históricas.

E esse fato contribuiu para nossa inquietação sobre a organização e costumes dos povos tradicionais, que no caso dos Kalankó ainda vivem em terras não demarcadas. Por fim, esperamos que a pesquisa tenha trazido elementos importantes para os estudos sobre os indígenas no curso de Geografia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Sávio de et al. **Índios do Nordeste**: Resistência, memória, etnografia. Maceió: Edufal. 2007.

ALMEIDA, Luiz Sávio/SILVA, Amaro Hélio Leite. **Índios de Alagoas**: Cotidiano, terra e poder. Maceió: EDUFAL, 2009.

ARRUTI, José Maurício Andion. **O reencantamento do mundo**: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu. Rio de Janeiro: PPGAS-Museu Nacional-UFRJ, p. 249, 1996.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **As etnogêneses**: Velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Penedo: Reedição. 131p. 1909.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 15 de março de 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**: Características Gerais dos Indígenas. p. 1-245. 2010.

COSTA, Craveiro. **A história das Alagoas**. Alagoas: Sergasa, 1983.

FUINI, Lucas Labigalini. **Território e Geografia no Brasil: Uma revisão bibliográfica**. *Revista Formação*, v. 1, p. 3-20, 2017.

GALLOIS, Dominique Tilkin. **Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades**. São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 37-41, 2004.

JÚNIOR, Aldemir Barros da Silva. **Terra e trabalho:** indígenas na província das Alagoas. 2011.

JUNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil.** 26. ed. 2017.

JUNIOR, Jaime Ribeiro Santana. **Produção e reprodução indígena:** O vir e o porvir na reserva de dourados/ms. Campo – território: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 203-236, fev. 2010.

LIMA, Lucas Gama; SILVA, Genilda Maria da; FEITOZA, Gleiton do Nascimento. **Mobilidade espacial do trabalho:** Redundantes do Sertão de Alagoas como parte da reprodução do capital. Caderno de Geografia, v. 28, n. 55, p. 1103-1121, 2018.

LIMA, Lucas Gama; OLIVEIRA, Amanda da Silva de; MIRANDA, Anderson Ribeiro. **Indígenas, Terra e Território em Alagoas:** Uma análise geográfica da atualidade da resistência. Revista de Geografia, Recife, v. 36, n. 1, p. 133-153, 2019.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A geografia, o território capitalista e o território indígena.** Produção acadêmica, v. 4, n. 2, p. 55-69, 2018. 2005

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira:** Quando "novos" personagens entram em cena. Presidente Prudente: Revista NERA, v. 20, n. 39, 2017.

MARFAN, Marilda Almeida. **Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação-- Formação de Professores.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência:** A questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MENEZES, Gustavo Hamilton. **Conhecimento e poder:** Dilemas e contradições na educação escolar indígena. Revista de Estudos e Pesquisa, FUNAI, Brasília, v. 2, n. 2, p. 123-144, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil:** Capitalismo, território e periferia. Annablume, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.** *Mana*, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1997.

POLETTI, Ronaldo. 1934. **Brasília**: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 3. ed. 2012.

POLETTI, Ronaldo. **A Constituição de 1934.** Fundação Projeto Rondon; Ministerio do Interior, 1986.

RICETO, Alisson. DA SILVA, Vicente de Paulo. **O território como categoria de análise da Geografia.** *Caminhos de Geografia*, v. 9, n. 28, 2008.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. *Geosul*, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

SEPLAG. Secretária de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre as comunidades Indígenas de Alagoas.** Maceió. 2017.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. **Trabalho Indígena na Formação das Alagoas (Século XIX): Os índios das matas nas falas e relatórios oficiais.** Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. ANPUH, julho de 201. p. 1-20.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. *São Paulo. Serv. soc. soc.*, n. 133, p. 480-500, 2018.

SILVA, Edson. **Índios no semiárido nordestino:(re) conhecendo sociodiversidades.** *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*-ISSN: 2525-5649, v. 1, n. 35.1, p. 254-272. 2017.

SILVA, Priscila Luiza. **A discussão do Território no Âmbito dos Grupos Indígenas.** ENG 2010. Porto Alegre.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. **Povos do sertão de alagoas: confinamento, diáspora e reterritorialização.** *Revista Forum Identidades*, Vol. 08. Julho-dezembro de 2010.

ANEXO

Questionário destinado ao levantamento de dados primários da pesquisa intitulada “Índios resistentes: uma análise sobre a origem, o território e a territorialidade dos índios Kalankó nos municípios de Água Branca e Mata Grande/AL”.

Aluna: Maria Aparecida Gonzaga Ribeiro
Orientador: Prof. Dr. Lucas Gama Lima
Data:

1) Homem () Mulher ()

2) Qual sua idade?

3) Por que o território é importante para o povo Kalankó?

4) Quais as dificuldades encontradas para se viver na aldeia?

5) Já foi vítima de preconceito, violência verbal e/ou física por ser indígena?

Sim () Não ()

Se Sim, relate-nos

6) Já foi vítima de algum tipo de ameaça em razão da luta pelo território?

Sim () Não ()

Se Sim, relate-nos

Na sua opinião seria importante a existência de um escola indígena na aldeia?

Sim () Não ()

Por quê?

7) De onde vem sua principal fonte de renda?

a) agricultura e/ou pecuária em minha terra ()

b) vendendo minha mão-de-obra na terra dos outros ()

c) arrendando terras para plantio de outras pessoas ()

d) como assalariado nas cidades ()

e) por meio de bolsas oferecidas pelos governo federal e estadual ()

f) como servidor público ()

g) de outra forma ()

8) Já necessitou viajar para trabalhar distante da aldeia?

Sim () Não ()

Se Sim, onde e que trabalho realizou?

9) Conhece alguém da comunidade que viaja para trabalhar distante da aldeia?

Sim () Não ()

10) Em sua opinião a saída de indígenas para o trabalho distante da aldeia prejudica a luta pelo território?

Sim () Não ()

Se Sim, por quê?
